

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

REBECCA BERNARD

**YON ZEN PETE NAN BREZIL: UM RELATO SOBRE OS DESAFIOS
SINGULARES ENFRENTADOS POR FAMÍLIAS HAITIANAS E SUAS CRIANÇAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE/RS**

PORTO ALEGRE

2022

REBECCA BERNARD

**YON ZEN PETE NAN BREZIL: UM RELATO SOBRE OS DESAFIOS
SINGULARES ENFRENTADOS POR FAMÍLIAS HAITIANAS E SUAS CRIANÇAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello

Co-orientadora: Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Bernard, Rebecca

Yon zen pete nan Brezil: um relato sobre os desafios singulares enfrentados por famílias haitianas e suas crianças nas escolas públicas em Porto Alegre/RS / Rebecca Bernard. -- 2022.

90 f.

Orientadora: Luciana Garcia de Mello.

Coorientadora: Pâmela Marconatto Marques.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Migração haitiana. 2. Racismo. 3. Educação. 4. Crianças. I. Mello, Luciana Garcia de, orient. II. Marques, Pâmela Marconatto, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REBECCA BERNARD

**YON ZEN PETE NAN BREZIL: UM RELATO SOBRE OS DESAFIOS
SINGULARES ENFRENTADOS POR FAMÍLIAS HAITIANAS E SUAS CRIANÇAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Luciana Mello – Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Pâmela Marconatto Marques - Co-orientadora
UFRGS

Prof Dr. Handerson Joseph
UFRGS

Prof Dr. José Carlos dos Anjos
UFRGS

Profa. Dra. Magali Mendes de Meneses
UFRGS

Dedico este trabalho a minha mãe Marie Marthe Louis-Charles, a minha irmã e amiga Anne Bernard Jean, pelas suas constantes orações e seus incentivos para ir sempre avante.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão vai:

Ao meu Eterno Deus, meu Fiel companheiro e Mantenedor de minha vida.

A todas as pessoas que acreditavam em mim porque elas enxergavam além do meu horizonte que algo de bom estava para acontecer. Agradeço também pelo seu apoio, sua ajuda e a confiança depositada em mim.

A minha família, mesmo estando longe de mim, estamos unidos em espírito. Especialmente minha mãe, Marie Marthe Louis Charles, minhas irmãs: Anne Bernard Jean, Saraie Bernard Docteur, minha afilhada Lorenta Bernard; a todas e todos pelas suas orações.

As minhas irmãs na fé Loiva Jurema e à Nata pelos seus encorajamentos para superar o medo de avançar.

Ao Prof. Paulo Albuquerque por me apresentar ao pessoal da secretaria da PPGEDU/FACED da UFRGS, Edson Mendes Junior e Roseli da Silva Pereira que me acolheram carinhosamente nesse espaço acadêmico. Agradeço também pelo seu incentivo para me candidatar no curso de mestrado na FACED, mesmo não tendo sido aprovada na prova final, mas abriu o caminho para superar o desafio das provas do mestrado de Sociologia da UFRGS.

À Cláudia Antunes Perreira, doutoranda e técnica na FACED/UFRGS, considerada como uma irmã, que me levou por vários dias e às vezes às noites a sua casa para me ensinar coisas que me eram desconhecidas no sistema educacional do Brasil. Suas afeições e instigação são guardadas dentro de mim até o fim dos meus dias.

À Rita Camisolão do DEDS/UFRGS, que contribuiu grandemente no meu crescimento intelectual e a sua equipe pela sua amizade.

À minha co-orientadora Profa. Pâmela Marconatto Marques, uma outra irmã que estava escondida no Brasil. Agradeço pelo seu apoio desde antes da minha matrícula no mestrado da Sociologia/UFRGS, seu constante incentivo, seus puxões de orelha, que também cooperaram no meu amadurecimento intelectual.

À bibliotecária Vívian Cristiane Eisenhut Carravetta por sua prontidão em me ajudar em vários momentos e seu apoio.

A minha orientadora Profa. Luciana Mello por ter assumido a responsabilidade de me orientar durante os dois anos passados no mestrado. Também pela sua paciência; dei muito trabalho, mas, felizmente chegamos aonde quisemos chegar.

Ao meu colega João Pedro pela sua disposição em me ajudar em vários momentos e aos outros colegas que me ajudaram indicando textos supletivos a minha dissertação.

Ao Prof. José Carlos dos Anjos e à Profa. Magali Mendes pelos seus conselhos e suas orientações de autores para complementar as minhas ideias.

À assistente social Giulliane Macedo pela sua ajuda e seus valiosos conselhos.

Aos pais e aos alunos imigrantes haitianos pelas suas disposições em responder às minhas indagações e pelas conversas fiadas nos momentos de visitas a domicílio.

À EMEF Z pelo seu caloroso acolhimento e por me conceder a entrevista.

À CAPES pela bolsa de estudos.

Também tenho que agradecer aos que não acreditaram em mim, que atuavam só para me prejudicar. Seus comportamentos me estimulavam para me acelerar na corrida e ir mais além, para procurar com mais intensidade alcançar os meus objetivos de adquirir conhecimentos e servir de exemplo para os meus conterrâneos imigrantes e refugiados que virão depois de mim.

Serei eternamente grata a todas e todos que me auxiliaram de uma ou de outra maneira.

**O fato de ser negra
Diferente dentro do universo da diversidade
Não retira de mim o que unifica
Todos os seres humanos.
O sangue vermelho,
A alma vivente que flui em todos nós,
Independentemente de nossa descendência.
Humilhando-me não faz de mim
Inferior a ti no universo do saber.
Isso me faz ao contrário
Mais forte para vencer.
(R.B.)**

***Não basta admirar o resultado e parar.
É preciso continuar mesmo ciente de que cada degrau
Da escada de desafios
Tem uma dimensão maior que o outro.
A confiança e a persistência são as verdadeiras armas
E as únicas de todos tempos
Utilizadas pelos guerreiros para apaziguar
As hostilidades mais acirradas
De seus inimigos.
(R.B.)***

RESUMO

A presente dissertação tem como ponto de partida a seguinte questão: Quais as repercussões da chegada de crianças haitianas às escolas da rede pública de Porto Alegre? Para respondê-la, a pesquisadora adotou algumas estratégias metodológicas. Inicialmente, realizei entrevistas com uma família haitiana com filhos matriculados em diferentes escolas públicas do município e os acompanhei até seu ambiente escolar, onde realizei observação e entrevistei diretoras e professoras. Com o impacto da pandemia da Covid-19 e com os inúmeros desafios e sobrecargas vivenciados pelas famílias haitianas, além do fechamento presencial das escolas, segui acompanhando a primeira família e realizei mais algumas entrevistas em saídas de campo em bairros da zona norte de Porto Alegre, marcados por grande presença haitiana. Nesses deslocamentos, enfrentei, eu mesma, desafios específicos, que também trouxe para esse texto final. O resultado é uma abordagem que se depara com a impossibilidade de pensar as crianças haitianas sem pensar a vida de seus pais. É esse o sentido que também vai tendo esse trabalho. Busco realizar reflexões ponderadas por minha experiência nessa cidade, que vai dialogando com meus conterrâneos e sendo iluminada por eles. Ao final, tento sistematizar a discussão sobre o racismo que constatei aqui, encerrando o trabalho.

Palavras-chave: Migração haitiana. Racismo. Educação. Crianças.

ABSTRACT

The starting point of this dissertation is the following question: What are the repercussions of the arrival of Haitian children in public schools in Porto Alegre? To answer it, the researcher adopted some methodological strategies. Initially, I conducted interviews with a Haitian family with children enrolled in different public schools in the city and accompanied them to their school environment, where I performed observation and interviewed principals and teachers. With the impact of the Covid-19 pandemic and with the numerous challenges and burdens experienced by Haitian families, in addition to the in-person closing of schools, I continued to accompany the first family and conducted some more interviews on field trips in neighborhoods in the north of Porto Alegre, marked by large Haitian presence. In these shifts, I myself faced specific challenges, which I also brought to this final text. The result is an approach that faces the impossibility of thinking about Haitian children without thinking about their parents' lives. This is the meaning of this work. I seek to carry out reflections based on my experience in this city, which dialogues with my fellow countrymen and is enlightened by them. At the end, I try to systematize the discussion about racism that I found here, closing the work.

Keywords: Haitian migration. Racism. Education. Children.

RÉSUMÉ

Le point de départ de cette dissertation est la question suivante : Quelles sont les répercussions de l'arrivée des enfants haïtiens et haïtiennes dans les écoles publiques de Porto Alegre ? Pour y répondre, la chercheuse a adopté quelques stratégies méthodologiques. Dans un premier temps, j'ai mené des entretiens avec une famille haïtienne qui a des enfants inscrits dans différentes écoles publiques de la communauté et les ai accompagnés dans leur environnement scolaire, où j'ai effectué des observations et interrogé des directeurs et des enseignants. Avec l'impact de la pandémie de Covid-19 et avec les nombreux défis et difficultés vécus par les familles haïtiennes, en plus de la fermeture des écoles, en personne, j'ai continué à accompagner la première famille et j'ai mené d'autres entretiens lors de sorties sur le terrain dans les quartiers du nord de Porto Alegre, marqués par une forte présence haïtienne. Dans ces déplacements, j'ai moi-même été confronté à des défis spécifiques, que j'ai également apportés à ce texte final. Le résultat est une approche qui se heurte à l'impossibilité de penser aux enfants haïtiens sans penser à la vie de leurs parents. C'est le sens que va avoir ce travail. Je cherche à mener des réflexions à partir de mon expérience dans cette ville qui va dialoguer avec mes compatriotes et en étant illuminée par eux. En fin de compte, j'essaie de systématiser la discussion sur le racisme que j'ai constaté ici, en fermant le travail.

Mots-clés: Migration haïtienne. Racisme. Éducation. Enfants.

REZIME

Pwen demaraj tèt sa a se kesyon sa a: Ki konsekans rantre timoun ayisyen yo pote nan lekòl leta Porto Alegre? Pou reponn kesyon sa a, chèchè a te adopte kèk estrateji metodolojik. Premyèman, mwen te fè entèvyou ak yon fanmi ayisyen ki gen timoun ki enskri nan diferan lekòl leta nan kominote a e mwen te akonpaye yo nan lekòl yo, kote mwen te fè obsèvasyon e mwen te fè entèvyou ak direktè epi ak pwofesè yo tou. Avèk enpak pandemi Kovid-19 lan e ak anpil defi ak difikilte fanmi ayisyen yo te rankontre, epi lè lekòl yo te vin fèmen, an pèsòn, mwen te kontinye sipòte premye fanmi an e mwen te fè entèvyou ak lòt fanmi ayisyen yo, lakay yo nan katye yo ki nan nò nan Porto Alegre, ki gen anpil ayisyen. Nan vwayaj sa yo, mwen te fè fas ak defi espesyal, ke mwen te pale tou nan fen tèks sa a. Rezilta a se yon rale ki jwenn ak enposibilite pou panse ak timoun ayisyen yo san nou pa panse ak lavi paran yo. Se sans sa a ke travay sa a pral genyen. Mwen chèche fè anpil refleksyon apati de eksperyans mwen nan vil sa a ki pral fèm' dyalòge ak konpatriyòt mwen yo epi ki pral metem pi kilè. Pou fini ak travay la, mwen ap eseye fè diskisyon sou rasis mwen te wè isit la.

Mo kle: Imigrasyon ayisyen. Rasis. Edikasyon. Timoun.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AINTESO	Associação da Integração Social
CHV	Centro Humanístico Vida
CIEFDR	Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial
COVID-19	Coronavírus -19
CPF	Cadastro de Pessoa Física
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEF	Escola Municipal do Ensino Fundamental
FACED	Faculdade de Educação
G1	Jornal da Globo
LDBEN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
PPGS/UFRGS	Pós-Graduação da Sociologia / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
RNE	Registro Nacional Estrangeiro
SMED	Secretaria Municipal de Educação
TRT-SC	Tribunal do Trabalho Regional da 12ª Região de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O VÍNCULO DO TEMA ESCOLHIDO COM MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA	16
1.2	QUESTÕES DE MÉTODO	21
2	O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS HAITIANAS NA REDE PÚBLICA DE PORTO ALEGRE	23
2.1	RELATOS DE UM CAMPO PRÉ-PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA FAMÍLIA HAITIANA NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE/RS	25
2.1.1	O início: pactuando a pesquisa com uma família haitiana em Porto Alegre	25
2.1.2	Encontrando muros: a pesquisadora haitiana e as engrenagens do racismo estrutural	31
2.1.3	Chegando às escolas: a conversa com direções e professoras	39
2.2	ANOTAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO A PARTIR DE UMA CARTA: O RACISMO DERRETIDO PELO CALOR DE UM NEGRINHO	46
3	ACOMPANHANDO FAMÍLIAS HAITIANAS AO LONGO DA PANDEMIA: IMPRESSÕES SOBRE AS NOVAS (E VELHAS) RELAÇÕES IMPOSTAS	49
3.1	RETORNANDO À PRIMEIRA FAMÍLIA.....	53
3.2	NOVOS RELATOS SOBRE O ENSINO REMOTO E OUTROS IMPACTOS DA PANDEMIA ÀS FAMÍLIAS HAITIANAS COM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR.....	60
4	REFLEXÕES SOBRE O RACISMO PRATICADO NO BRASIL EM SEUS PILARES FUNDAMENTAIS.....	68
4.1	RACISMO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE AFRO-IMIGRANTES	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Após o terremoto de 2010, o Brasil tornou-se um dos países que mais recebem migrantes haitianos, atraídos com o objetivo de encontrar trabalho, caminho para sair dos seus impasses, muitos deles do ponto de vista econômico. Em julho do presente ano, o governo do Estado do Rio Grande do Sul divulgou uma Nota Técnica que congregava dados de três bases diferentes para dar uma noção do número de imigrantes no Estado. Em duas dessas bases, o Haiti é apontado como país de procedência do maior número de imigrantes no Rio Grande do Sul¹. O tema vem despertando interesse na academia brasileira e mesmo no Programa de Pós-Graduação em Sociologia já ensejou trabalhos de mestrado e doutorado (GUILHERME, 2017; DIEHL, 2017; OLIVEIRA, 2020), conforme registros do LUME.

Esse fenômeno tem se tornado ainda mais complexo, pois nos últimos anos os familiares desses imigrantes também estão se deslocando para o território brasileiro para dar continuidade aos seus estudos e levantar recursos para enviar aos familiares que deixam no Haiti (MEJÍA; SIMON, 2015). Muitos haitianos chegaram sozinhos, fossem homens ou mulheres, mas o passo seguinte para muitos, depois de se terem instalado no país, foi garantir a vinda de suas famílias – muitas com crianças - para prosseguir com seus estudos. Outras muitas crianças já nasceram no Brasil, frutos de uniões dos haitianos (UEBEL, 2015). Mesmo que sejam brasileiros natos, são criados por pais que se comunicam com elas na sua língua materna ou ancestral, o crioulo haitiano, que traz muitos outros elementos culturais haitianos.

Como outras crianças em idade escolar, os filhos de imigrantes haitianos, sejam nativos do Haiti ou do Brasil, ao demandar seu direito à educação, garantido pela Constituição Federal brasileira, enfrentam os dilemas comuns da precarização das escolas públicas e do racismo, mas também enfrentam dilemas singulares, postos por sua condição de imigrantes de um país conhecido apenas por sua pobreza (MARQUES, 2013).

Nesse contexto, levando em conta minha formação como pedagoga, interessei-me desde o início do Mestrado em Sociologia em analisar como essas

¹ As bases citadas são o CAD (Cadastro único, que reúne imigrantes elegíveis a benefícios da assistência social) e o RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, que reúne dados de imigrantes já inseridos no mercado de trabalho). Essas informações estão disponíveis na nota técnica mencionada, listada nas referências desse trabalho.

singularidades se expressam nesse âmbito de socialização específico que é a escola. Interessava-me saber como têm se dado as relações mediadas por ela, seja entre as famílias haitianas e a direção escolar, seja entre as crianças haitianas e suas colegas brasileiras. Trata-se de uma proposta que olha para a escola para saber como ela nos ajuda a entender as questões postas pela imigração haitiana na cidade de Porto Alegre, tomando autores que se dedicaram a pensar identidade e racismo como referência teórica. Essa proposta começou a ser executada, mas a pandemia trouxe novos rumos ao projeto qualificado em dezembro de 2019.

Em março de 2020, as escolas fecharam, abrindo diante de meus olhos outros fatores essenciais da pesquisa que ficariam despercebidos. Como sempre digo: nada acontece por acaso. Entendi que eu seria uma infratora ao falar sobre a vida escolar das crianças imigrantes haitianas se deixasse fora do assunto os seus pais e sua rotina familiar. O retorno às aulas - mesmo à distância - não facilitou em nada o meu acesso a escolas que ainda não havia contatado, embora indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, como contarei logo na sequência. Os dados que deveriam ser coletados nessas escolas começavam a anunciar um grande vazio sobre este trabalho.

Com isso, as dificuldades de acessar meu campo me promoveram uma frustração que logo se dissipou, assim que redirecionei meus esforços das escolas às famílias e passei a indagar e escutar com prioridade esses interlocutores (as famílias imigrantes haitianas com as quais já havia estabelecido contato) com crianças na idade escolar que frequentam as escolas públicas de ensino fundamental localizadas nos bairros Rubem Berta, Sarandi e Santa Rosa, do município de Porto Alegre.

Essa situação imprevista causou um desvio também na forma de *me apresentar na pesquisa*, refletindo sobre minha própria condição como pesquisadora haitiana e *de apresentar a pesquisa feita por mim*, que passou a assumir um estilo marcado por mais peças conviviais. Entendo que essa opção de povoar a dissertação de outros elementos básicos lhe deixam mais saborosa ao degustar.

Tendo isso em vista, é possível dizer que, em síntese, a pesquisa que completou sua forma durante a Pandemia se trata de uma sondagem sobre a chegada de crianças haitianas às escolas públicas de Porto Alegre e suas repercussões sociais.

Na próxima seção dessa introdução, me apresentarei e descreverei como se deu meu interesse pelo tema.

1.1 O VÍNCULO DO TEMA ESCOLHIDO COM MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA

O discurso (ir)reversível

Meu retrato
Quando me olho no espelho
Todos os conceitos inventados
Pelos humanos insensatos,
Na minha mente ressurgem.
Ó conceitos venenosos!

Me olho vagorosamente no espelho
E abrindo os olhos
Digo por mim mesma:
Tu serias mais valiosa
Se tivesses nascido branca.

Tu vales menos do que uma arara-azul
Que vive escondida
Nos biomas da Floresta Amazônica
Longe dos olhos
Dos caçadores ambiciosos.

Por que nasceste negra
Para ser a mercê dos brancos
Que em todo tempo
Te ofendem sem remorsos
Dizendo que tu não vales nada?
Ó pensamento venenoso!

Será que estou sonhando?
Bati minhas pálpebras
Tentando acordar-me do sono.
Mas, quando abri os olhos
Vi a imagem minha ainda viva.
Ó pensamento enganoso!

Levantei um pouco meu braço direito
Para passar nos meus olhos
Esforçando-me despertar do sono
Mesmo estando acordada...
De tanto pensar fiquei cansada.
Ó sonho maluco!

Ele ressurgiu mais uma vez,
Vergonha de mim senti esta vez
Muito, muito chorei...
Para ver como envenenada fiquei
Mesmo que é errado toda vez
Que naquilo pensei

Que intuições erradas!

Mas foram ditas e aceitas,
Se tornaram conceitos
Inventados pelos poderosos,
Homens maldosos e criminosos.
Eles são verdadeiros parasitas.

Ó raça de astuta!
Por que fizeste isso comigo?
A falsa história
Que me foi contada
Desde que eu nasci
E durante todo o tempo
Que eu cresci
Me fez acreditar que eu não valia nada.
Ó opinião tóxica!

Essa percepção traiçoeira
Me traspassou como uma flecha
Reduzindo meus sentimentos
Em tristeza, dor e sofrimento.
Senti raiva de mim
Por não ser igual aos brancos.
Flecha envenenada, saí de mim!

Volta onde tu saíste!
De mim, pensei que despediste,
Mas ainda, continuas a me perturbar.
Atitudes hostis voltam a se manifestar.
Com força ou com brandura,
Aprenderás que a pessoa negra,
Tem igual valor a pessoa branca.

Que ilusão!
Será possível pensar
Neste pleno século XXI me tratar
Como os teus pais fizeram
Na era da colonização
Com os meus avós sem contenção
Eles escravizaram?

Ó misericórdia!
Pare de me atormentar
Por ser uma mulher negra.
Deixe-me viver a cada dia
Do meu pedaço de pão minha fome saciar
E das minhas dores aguentar.
Ó resiliência!

Aprenda uma vez por todas,
Que sou mais forte
Do que tu imaginas.
Enquanto pensando tu estavas,
Vinha do alto o Espírito possante,
Para toda angústia superar
E de toda batalha ganhar.

Ó Espírito imbatível!
 Com esse poder lutarei
 Contra todas as forças deprimente que de dentro vêm
 E de todos os constrangimentos vencerei.
 Que os espíritos oprimente e aniquilador se detêm!

Desanimador, levanta-te!
 Da amargura, esvazia-te!
 Perdedora, nunca és.
 Basta de lamento!

Chegou a tua hora de vencer.
 Ninguém nasce para ser
 A palha nas mãos do opressor.
 Livres nascemos.
 A nossa liberdade, respiramos.
 Que de ninguém vem
 Mas do alto vem.
 (Rebecca Bernard)

Nessa subseção da introdução, tratarei de realizar a sugestão que recebi em minha qualificação - para que me situasse no trabalho de dissertação e trouxesse a ele a minha história.

Sou haitiana. Nasci em Verrettes, uma cidadezinha no departamento do Norte do Haiti. Cresci em uma família humilde, de pai de profissão, padeiro e de mãe, costureira e comerciante. Terminando o ensino primário em um colégio privado², entrei no ensino médio em 1984, no liceu Henry Christophe. O liceu ficava em uma localidade no mesmo departamento, chamado “Petite Rivière de l’Artibonite”, em uma casa histórica que foi construída à época da colonização francesa e nomeada “Palácio de 365 portas”. Passados quatro anos, meu pai me enviou à Port-au-Prince, para dar continuidade aos meus estudos.

Logo depois do término do ensino médio, em 1992, comecei a ensinar a língua francesa como professora substituta em um colégio, a convite de um professor de línguas. Por não conseguir entrar em uma universidade pública, depois de seis anos de tentativa, sob o conselho da diretora do ensino primário do colégio onde eu cursei os últimos quatro anos de ensino médio, fiz minha entrada em uma faculdade privada de pedagogia. Dez anos passaram dedicando-me ao ensino-

² No Haiti o ensino público foi paulatinamente sendo destruído pela privatização que acompanhou o modelo liberal e colonialista, de modo que as escolas privadas são a realidade da grande maioria da população, mesmo daquela que vive uma vida humilde. Para mais informações sobre, ver: <https://nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/viewFile/2803/2107>.

aprendizagem quando decidi emigrar à República Dominicana, em 2008, para trabalhar com crianças e dar reforço escolar.

Ao folhear os jornais, certo dia, as notícias revelaram que o Brasil era reconhecido mundialmente por suas melhores faculdades. Tudo isso me encantava e, desde então, não parei de sonhar em chegar ao Brasil com o objetivo de dar seguimento aos meus estudos e trabalhar. Cinco anos depois, pisei o solo brasileiro e, pervagando no mercado de trabalho, aprendendo e desaprendendo durante quatro anos, tive a oportunidade de ingressar na FACED como aluna especial, sob o encorajamento de alguns dos meus conhecidos, para a realização de um sonho tão acariciado. Minha chegada a esse momento custou-me muitas aprendizagens, demandas para amar a mim mesma, em resposta à rejeição social que passei a sentir por ser uma afrodescendente.

Nesse percurso, eu voltei a ser criança para reaprender tudo e viver como diz o ditado popular haitiano: *“Siw wè tout moun ap mache sou yon pye pa mache sou de”*. Ou seja: *“Se você percebe que todos caminham com um pé, não caminhe com dois”*. Assim refletindo, decidi pesquisar sobre a chegada dos filhos dos imigrantes haitianos nas escolas públicas da cidade onde passei a viver. Nessa busca, atravessa-se a interrogação sobre as interações dessas crianças tanto nos seus lares como nas suas redondezas, especialmente na esfera escolar. Porque ainda tenho muito que aprender com a humildade delas e sua maneira espontânea de se relacionar com cada grupo de pessoas. A minha curiosidade de aprender aumentou desde o dia em que eu pisei o solo brasileiro e continua crescendo a cada encontro e desencontro. No segundo semestre da minha passagem pela FACED, em março de 2018, a secretária administrativa me desafiou a estudar para fazer a prova do mestrado.

Pensando naquela proposta, achei importante esperar um pouco mais, porque eu tinha medo de falar; em geral, tudo me parecia difícil. Eu estava apenas começando a produzir na língua portuguesa, dizer algumas frases e nem conseguia acompanhar os debates porque a linguagem acadêmica me parecia pesada, cheia de vocabulários e estilos específicos. Então, falei com uma técnica da mesma faculdade que se tornou para mim uma grande amiga e passamos a conversar sobre como escrever o meu anteprojeto. Em razão da minha readaptação, concluí que eu vinha adotando a atitude de uma criança e que era preciso pesquisar sobre a vida

escolar dos filhos dos imigrantes haitianos que moram no município de Porto Alegre, frequentando as escolas públicas de ensino fundamental. Revisitando o meu passado e comparando-o com o meu presente desafiador, pensei que as crianças poderiam estar enfrentando o mesmo que eu - com menos condições, talvez, de defender-se ante os desafios, ou, quiçá, sabendo responder a eles com mais graça e espontaneidade.

Inteirar-me sobre a qualidade das relações existentes, seja entre as famílias haitianas e a direção escolar, seja entre as crianças haitianas e seus/suas colegas brasileiros/as, pareceu um caminho interessante. Busquei uma escola para ter mais pistas com relação às questões postas pela imigração haitiana na cidade. Pronto. Ela concordou, me orientou e me explicou minuciosamente cada artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estranhei muito o que se seguiu, porque eu só pensava naquele tema e estudava mesmo dormindo. Pode parecer ridículo falar isso, mas, posso dizer que, várias vezes, acordei procurando um livro, de título tal, na cama.

Apreendi que ninguém é sábio demais para aprender, quer seja imigrante ou nativo; porque a sabedoria é a única que permanece depois que tudo acabar. À vista disso, deixei de me atemorizar com o que se venha a pensar de mim pela maneira que estou me referindo à vida desigual que existe na sociedade brasileira. Embora muitos não gostem de ouvir falar da vida resiliente e da maneira que os afro-imigrantes, especialmente os haitianos, estão sofrendo por causa do racismo e dos comportamentos xenofóbicos de muitos cidadãos, acho importante mencionar sem exagero esse fato tão presente na sociedade brasileira. Isso não impede que muitos dos cidadãos brancos - e até alguns negros imunizados pela moral da elite - finjam ignorar a existência do racismo e a discrepância que se observa no momento de fazer cumprir os direitos dos imigrantes afrodescendentes na sociedade brasileira. Delirante estou!? Não. Isso é tão real que não se afasta de mim, mesmo nos meus sonhos.

Não sabia quantos degraus eu teria de escalar ao longo do percurso da minha vivência no Brasil para atingir esse ponto. Cada dia é uma página em branco que se abre para ser preenchida. As chuvas torrenciais podem limpar as tintas das palavras, o vento pode rasgar as páginas, o fogo pode queimá-las, porém, nenhum desses elementos destruidores têm o poder de apagá-las em mim. Os momentos

ruins e bons representam tijolos de tamanhos diferentes que me fizeram tornar-me a pessoa que sou hoje. Os momentos penosos considero como fogo purificador que me renovou e me fez firmar os pés no terreno onde eu fui plantada, desde janeiro de 2013.

Custou-me muito acostumar-me com tantas leituras, desde o começo do mestrado. As perguntas queimavam dentro de mim a cada uma delas, mas a apreensão de falar, o cuidado para não errar diante dos colegas me atropelou, e tive de ficar calada. Essa estranheza me acompanhou e continua me acompanhando, porque hesito diante das reações das pessoas ao abrir a boca para falar. As atitudes discriminatórias contra os negros e, nesse caso, contra os imigrantes afrodescendentes, levam muitos a fazer um prejulgamento dos pesquisadores/as que falam sobre qualquer assunto relacionado à vida desses indivíduos. Diante disso, afirmo: forçar alguém a se calar sobre um fato tangível de sua existência é violência e crime.

1.2 QUESTÕES DE MÉTODO

É por essa razão que quero iniciar o desenvolvimento desta dissertação anunciando que trarei a realidade vivida pelas famílias imigrantes haitianas nas comunidades do município de Porto Alegre, nas quais eu tive oportunidade de entrar para coletar os dados sobre a situação escolar das crianças que frequentam as escolas públicas. Essa abordagem se justifica porque o desenvolvimento integral da criança é resultado de muitos fatores, entre eles o ambiente familiar, incluindo a vida econômica e afetiva, a interação com a vizinhança, o acolhimento da escola e a forma com que elas são tratadas nas trocas de saberes no âmbito escolar, seja presencial ou virtual.

Assim, a presente dissertação teve como campo empírico escolas da rede pública de Porto Alegre frequentadas por crianças haitianas, mas também seu ambiente familiar, de onde acompanharam as aulas durante a pandemia. Ela tem base qualitativa e contou, como instrumentos, com entrevistas em profundidade realizadas fora do espaço escolar, com as famílias dessas crianças haitianas e com as próprias crianças e no espaço escolar, com diretoras e professoras contatadas antes do período pandêmico. O roteiro utilizado para essas entrevistas semi-

estruturadas pode ser encontrado nos apêndices dessa dissertação. A ideia inicial foi a de “seguir” as famílias haitianas, realizando pesquisa na escola em que seus filhos estavam inseridos.

Como já foi dito, a pandemia fez com que uma pesquisa que parecia bem delimitada fosse ganhando pernas. Passei a escutar também, com atenção e cuidado, o que as famílias haitianas passaram a revelar-me durante a suspensão das aulas presenciais. Palavras que, por vezes, transgrediram o escopo antes definido. Entendi que não podia desviar do que me era confiado e passei a ver também isso como preocupação correlata. As crianças não vivem sozinhas. Elas não estão alheias às questões que atormentam seus pais.

Tendo isso em vista, a dissertação que vos apresento tem quatro capítulos principais, além dessa introdução e dois importantes apêndices. Sendo a introdução o primeiro passo dessa caminhada, o capítulo 2 trata da chegada das crianças haitianas a escolas da rede pública de Porto Alegre, as repercussões disso tanto para as equipes diretivas quanto para as famílias haitianas envolvidas. Também tratarei, nesse capítulo, de refletir sobre os percalços de meu acesso ao campo empírico tendo por base o diálogo com autores brasileiros que se dedicaram a compreender o racismo que impera aqui. O capítulo 3 traz reflexões e narrativas surgidas de minhas interações com as famílias dessas crianças em período pandêmico, englobando as necessidades e desafios surgidos nesse momento, tocando a educação das crianças de modo direto ou indireto. O capítulo 4 traz reflexões sobre o racismo brasileiro mostrando a forma sinuosa com que está sendo praticado na sociedade e o modo como vem afetando os afro-imigrantes que aqui chegam.

2 O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS HAITIANAS NA REDE PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

Tendo em vista a importância da socialização via escola e o potencial antirracista que a educação pode ter no acolhimento de imigrantes, o presente capítulo tem como objetivo conhecer com mais detalhe a situação de crianças imigrantes haitianas nas escolas públicas da cidade de Porto Alegre, acessando as principais dificuldades enfrentadas pelos envolvidos no processo educativo: estudantes, professores e familiares.

A hipótese que me acompanhou durante toda essa pesquisa foi a de que se mesmo os negros brasileiros lutam diariamente contra ideias e práticas de racismo, preconceito, discriminação, sob qualquer forma, mesmo com a aprovação das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 das Leis Diretrizes de Bases da Educação Nacional nos ensinos fundamental e médio, quão duras têm sido as lutas dos imigrantes haitianos negros de línguas e culturas diferentes, recém chegados a essa realidade!?

Revisando as Leis Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN), deparei-me com o artigo 26, que realça a necessidade urgente do governo em educar a sociedade brasileira, independentemente da sua etnia racial e sua descendência, no qual insere a seguinte lei:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2013).

Vendo a preocupação e a determinação dos dirigentes em abrir a escola a cada cidadão integrante da sociedade brasileira, tendo idade de frequentá-la, independentemente da região ou local do território nacional, da cultura, da economia, isso me impulsionou a pensar e a realizar essa pesquisa qualitativa sobre a situação dos meus conterrâneos vivendo no Brasil, especialmente no município de Porto Alegre.

Propõe-se, como problema disparador desse capítulo a questão: que desafios específicos se colocam às crianças haitianas e suas famílias em seu acolhimento nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de Porto Alegre?

Tendo essa questão como horizonte, buscamos, especificamente:

- a) identificar como tem-se dado o acolhimento de crianças haitianas nas escolas públicas de Porto Alegre, investigando as exigências que vêm sendo feitas às famílias por essas instituições e o modo como sua equipe docente e diretiva vem percebendo e lidando com a chegada desses alunos;
- b) conhecer as dificuldades encontradas e estratégias de solução mobilizadas pelas famílias com a inserção das crianças no ambiente escolar, desde a aquisição da documentação necessária até os dilemas advindos das novas interações cotidianas;
- c) diagnosticar as dificuldades encontradas pelos alunos haitianos no sistema escolar e as estratégias mobilizadas por eles para resistir a elas e superá-las;
- d) compreender como se dão as interações cotidianas (no ambiente escolar e extraescolar) dos alunos haitianos com demais atores escolares (alunos, pais, professores, funcionários, vizinhança) da rede municipal de Porto Alegre, verificando como as singularidades se expressam nessas experiências (identificando reprodução de estigmas e estratégias de resistência).

Para isso, selecionou-se como campo escolas da rede pública de Porto Alegre frequentadas por crianças haitianas. Como já disse na introdução, a pesquisa assumiu base qualitativa e foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, algumas realizadas fora do espaço escolar com as famílias dessas crianças haitianas, com as próprias crianças e no espaço escolar com diretoras e professoras. A amostra analisada obedeceu a dois critérios: selecionou-se famílias com as quais a pesquisadora tinha uma relação prévia, mediada pelo Centro Vida, onde ministrava aulas de português para imigrantes e, portanto, tinha condições de estabelecer a relação de cuidado e confiança necessária para as entrevistas em profundidade. A ideia sempre foi a de seguir essas famílias, realizando pesquisa na escola em que seus filhos estão inseridos. Além dessa estratégia, adotada em um

momento inicial, decidiu-se, depois de estabelecer as primeiras comunicações com a Secretaria Municipal de Educação, visitar escolas indicadas pela instituição, com o intuito de conhecer os problemas lá enfrentados, o que se tornou impossível por ocasião da pandemia.

Nas escolas, a pesquisa contou, para seu desenvolvimento, além das entrevistas semiestruturadas realizadas com a equipe diretiva e docente, com a observação (GUMIERI, 2018) de contextos de socialização escolar, registrados em diário de campo (DINIZ, 2017).

2.1 RELATOS DE UM CAMPO PRÉ-PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA FAMÍLIA HAITIANA NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM PORTO ALEGRE/RS

Quando chegou a Pandemia ao Brasil, impondo quarentena e fechando as escolas, já havia realizado uma primeira incursão piloto a campo. Nela, pude realizar a primeira entrevista em profundidade com uma família haitiana e, logo na sequência, com uma equipe da escola em que a criança estava inserida. Essa primeira experiência, que deveria servir para testar os instrumentos de pesquisa e para estabelecer relação com a secretaria municipal - que aprovou o projeto e colocou-se à disposição para auxiliar – acabou sendo a única experiência de campo envolvendo visita presencial à escola que tive tempo de realizar. Em dezembro, qualifiquei meu projeto de dissertação e em março, quando voltaria a campo, as escolas estavam fechadas. Desse modo, ela tornou-se o único trabalho de campo completo que foi realizado conforme projetado. Agora, tratarei de descrever com detalhes essa experiência, ressaltando o percurso que ela me fez trilhar, para que outros pesquisadores possam ter uma ideia de que fazer pesquisa envolve estar disposto a andar, insistir e refazer.

2.1.1 O início: pactuando a pesquisa com uma família haitiana em Porto Alegre

Depois de uma aula de Português ministrada no Centro Humanístico Vida, já com projeto redigido e a metodologia mais ou menos definida, em uma noite de terça-feira, 08 de Setembro de 2019, conversei com uma família imigrante haitiana

matriculada em meu curso sobre minha pesquisa e lhe expliquei em detalhe do que se tratava. Prontamente, Farah³ me disse que há tempos ela queria me contar sobre uma situação que a família estava enfrentando e precisava mesmo ter um encontro comigo.

Nós marcamos um dia para nos encontrarmos e perguntei a ela: “O que você acha do meu projeto de pesquisa? Ela me respondeu: “*Eu o achei ótimo. Pode vir quando puder na minha casa para nós conversarmos*”. Esse foi o aceite expresso que recebi, validando sua participação nesta pesquisa. Então, na manhã de terça-feira, 15 de outubro de 2019, às 09:00 horas, bati no portão da casa dela e eles (ela e o esposo) me estavam esperando. Eles me disseram que não haveria nenhum problema se um dia precisasse contar para alguém tudo o que seria dito na entrevista, porque eles acreditavam que eu não faria coisa alguma que pudesse prejudicá-los. Também me deram a permissão de gravar a entrevista ou a fala deles. Em pouco tempo responderam, sem titubear, a todas as minhas perguntas e me contaram tantas coisas que quase não foi suficiente um caderno de quase quarenta páginas.

Receberam-me os dois: pai e mãe, cuja profissão disseram ser, respectivamente, encanador e alfaiate e costureira. Quando lhes perguntei como foi o processo de imigração e se haviam encontrado alguma dificuldade específica, o pai, Joseph disse-me que para ele não foi fácil obter o visto para entrar no Brasil⁴:

Eu tive que pagar um valor de US \$1500 a um terceiro que, a sua vez, o repassou ao consulado para obter o visto. Eu deixei minha família no Haiti com o único desejo de trabalhar para trazê-la para perto de mim. Chegando no Brasil, fui recebido pelo meu irmão que já tinha alguns anos no país e dois meses depois, encontrei um trabalho em um atelier de costura. (JOSEPH, 2019).

Fica evidente na fala desse pai a intenção que havia, desde sua chegada, de trazer o restante de sua família e também as manobras a que um haitiano tem de se submeter muitas vezes para ter seu pedido de visto simplesmente considerado no âmbito consular. A importância da língua para a socialização foi verbalizada na sequência, quando ele informou: “*Depois de um mês, fui demitido por não ser falante*

³ Os nomes foram modificados, para garantir o anonimato da família.

⁴ Nossa conversa foi realizada em *créole* e o que consta aqui é sua tradução livre para o português, feita por mim.

de português mesmo sendo um bom trabalhador”. Nos perguntamos, nesse ponto, se um imigrante europeu com a mesma dificuldade também teria sido demitido. No entanto, como eu já disse acima, uma das características do haitiano é sua resiliência e capacidade de persistir, como se percebe na sua fala seguinte:

Não passou muito tempo, encontrei outro trabalho. Esta vez era um serviço de limpeza. Um dos colegas se interessou em aprender o idioma francês e eu o propus de lhe ensinar o francês em troca do português. Assim, consegui conversar com os outros colegas ensinando meu idioma a meu colega amigo. (JOSEPH, 2019).

Essa resposta é importante pois a possibilidade de ensinar um idioma a um brasileiro é sempre uma possibilidade de ter sua dignidade reconhecida. Ocupa-se o lugar legítimo de um professor, ainda que esteja trabalhando como faxineiro. O entrevistado também revelou que escolheu o Brasil como país de destino “não só por causa das perseguições e também por não poder conseguir o visto pelos Estados Unidos porque o meu desejo era de ir lá”. Essa é a realidade de muitos imigrantes haitianos no Brasil. Estão aqui também porque não foi possível emigrar para os Estados Unidos, visto como destino preferencial. Ele completou dizendo que:

Alguns anos atrás, minha tia que mora nos Estados Unidos, começou com o processo de fazer-me ir lá. As dificuldades que eu encontrei fizeram com que eu desistisse e me foquei em uma possível oportunidade de recomeçar minha vida viajando para cá. Depois de três anos trabalhando e poupando dinheiro, consegui fazer entrar minha esposa e meus três filhos no Brasil. (JOSEPH, 2019).

Ainda comentando as razões para sua migração, ele afirmou que, no Haiti, “não era rico, mas eu tinha condições para sustentar a minha família porque eu tinha lá um atelier de costura”. Resolveu sair porque o clima no país tornou-se belicoso e quem, como ele, possuía um pequeno negócio capaz de garantir sustento, passou a ser visado e perseguido.

Quando lhe perguntei sobre o trabalho aqui no Brasil, respondeu-me que só ele trabalhava para manter o sustento da família, ainda que a esposa já estivesse há um ano no país. O único trabalho que a esposa havia conseguido era o de faxineira na casa de um amigo. O serviço era ocasional e a renda mensal da família, ele me informou, era “insuficiente para cobrir os gastos”. Contando com um salário de

R\$1200 (mil e duzentos) Reais por mês, o pai pagava um aluguel de R \$600,00 (seiscentos Reais), além da luz, água e rancho semanal para manutenção da casa, além de suprimentos das crianças. Isso explica porque a luta por moradia é uma das mais importantes na vida de um haitiano no Brasil. Sua expectativa e esperança naquele momento era conseguir um empréstimo para abrir um atelier de costura: *“compraremos novas máquinas de costura, tecidos e ao mesmo tempo confeccionamos uniformes esportivos e outros tipos de vestimenta para vender para sustentar a família”* (JOSEPH, 2019).

Ao perguntar aos pais que expectativas tinham com relação à escola onde as crianças estavam estudando, disseram-me acreditar que *“a formação que as crianças estão recebendo pode abrir novas saídas para o bem estar da família. Também, queremos que elas estudem para serem profissionais para se inserir no mercado de trabalho na terra brasileira”* (JOSEPH, 2019).

O casal entrevistado tem três filhos, e cada um deles frequenta uma escola, porque, conforme mencionou o pai, "quando fui fazer a matrícula não tinha vaga para todos eles". A mais velha estudava na Z, a segunda frequentava a escola X, e o mais novo ia a uma escola infantil, todas elas localizadas na zona Norte de Porto Alegre, no Passo das Pedras, do outro lado da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, região onde muitos imigrantes decidem estabelecer-se, talvez por ser próxima do Centro Humanístico Vida, onde muitos deles foram inicialmente acolhidos. As escolas, segundo os pais, "estão a 15 minutos de caminhada". Mesmo assim, devemos nos perguntar, a partir disso, que encargos singulares essa família tem, ao ter de espalhar suas crianças em escolas diferentes, conciliando isso com sua rotina de trabalho. A mais velha está no terceiro ano do ensino fundamental, a do meio, no primeiro ano do fundamental e o mais novo, na creche.

Ao perguntar se haviam tido alguma dificuldade para conseguirem matricular as crianças na escola, responderam:

Quando chegamos na escola X para matricular as crianças, eles nos disseram que tinha só uma vaga. Por isso, nós fomos na escola Z, para ver se tínhamos mais de uma vaga. Infelizmente, igual à escola X, tinha só uma vaga. Nós matriculamos a mais velha na escola Z e a mais nova na escola X. Depois corremos atrás das creches para encontrar uma vaga para o menino. Graças a Deus, o nome dele foi sorteado nessa creche onde ele está. Mas não foi fácil conseguir uma vaga nas creches (FARAH, 2019).

As escolas solicitaram, segundo os pais, o boletim escolar, o registro de nascimento, a carta de vacinação que haviam trazido do Haiti e os outros documentos emitidos pela Polícia Federal (RNE e CPF). Não foi exigida a tradução dos documentos porque *“eles mesmos (pessoal da direção) fizeram a tradução. Com certeza ela foi feita pelo Google”*. Essa informação é interessante. Ela demonstra flexibilidade da direção e engajamento em matricular as crianças. Diante da realidade cotidiana vivida por pessoas negras, não é pouco o que isso representa. A escola forneceu alguns livros didáticos, tais como os livros de matemática e da língua portuguesa. Eles compraram os que faltavam e os cadernos.

Perguntei-lhes se depois de conseguir a vaga tiveram dificuldades com a integração das crianças no ambiente escolar, diante do que responderam terem tido dificuldades com a mais velha *“porque a direção da sua escola nos pediu que a deixássemos passar o dia inteiro na escola para o reforço escolar e para ajudá-la a se adaptar ao novo sistema de ensino-aprendizagem”*.

Quando as dirigentes da escola Z disseram ao pai que é necessário deixar a filha mais velha o dia todo na escola para se adaptar com o programa e o ambiente escolares, ele prometeu de aceitar só depois de conversar com a mãe da criança e voltaria na manhã seguinte para dar-lhes uma resposta. De volta para casa, segundo o que disse o pai, ele contou tudo para ela e juntos tomaram a decisão que acharam melhor pelo desenvolvimento de sua filha. Na sequência, a mãe da criança me disse:

Sabe, eu pensei quantas vezes antes de concordar com meu esposo sobre esse assunto. Afinal, não tínhamos o que fazer, porque por um lado ela vai se acostumar com o sistema de funcionamento da escola e do outro lado, ela vai aprender a língua portuguesa, primeira arma para fazer tudo no país. Agora, ela está bem feliz enquanto eu ficava preocupada por ela no começo. Ela até está começando a falar português com seus amiguinhos(as) brasileiros(as). Sabe, coisa da mãe mesmo (FARAH, 2019).

Questionados se haviam observado mudanças nas crianças depois do ingresso na escola (em casa, na vizinhança, etc.) responderam positivamente: *“elas já procuram se expressar no novo idioma (português) e estão menos tímidas quando precisam pedir uma coisa ou uma explicação sobre um ocorrido”*. Essa informação

confirmou as minhas próprias expectativas: ao ampliar o domínio do idioma, toda a socialização sofre modificações.

Também procurei escutar as crianças. Os pais autorizaram as crianças a responderem às minhas perguntas. Durante a entrevista com elas, os pais circularam dentro de casa e algumas vezes pediram à uma ou à outra que ficassem quietas, para não perturbar a pesquisa. Depois fomos todos ao atelier do pai para tirar algumas fotos⁵. A mais velha das crianças estuda na escola pública X. Ela não gosta de interagir na frente de muitas pessoas e a outra também não. Por essa razão, suas entrevistas foram feitas só em casa. Talvez na presença dos seus colegas e dos professores não se sentissem à vontade para falar como fizeram.

As duas meninas disseram que gostavam da escola:

Eu gosto. Porque a professora dá as continhas para a gente, trabalha o que gosto de fazer, como: a educação física, brincar na corda, ler alfabeto. (CARLINE, 11 anos).

[...]

Gosto. Eu gosto de ler para falar bem. (JOANNE, 8 anos).

A mais velha disse gostar “*de ler o alfabeto porque se eu não gostar de ler o alfabeto não vou poder falar e ler*” e a do meio afirmou que gosta mais de ler histórias. A mais velha disse que tem muitos amigos no colégio e gosta da sua professora por “*ser legal com a gente*”. A outra também disse que gosta da sua professora e se dá bem com ela. Ambas enumeraram uma lista de nomes de colegas e amigos, as razões pelas quais gostam do ambiente escolar. Foi uma conversa rápida, mas pude sentir que as meninas gostam da socialização escolar, o que não deixa de ser interessante, em um país que registra as primeiras discriminações raciais justamente nesse ambiente (PESQUISA..., 2015). Me pergunto o que pode estar diferenciando essa experiência.

Terminando a entrevista, minha interlocutora, a mãe das crianças, disse: “*Senhora, agora são 10 horas, é hora do recreio; vou te levar nas escolas onde estudam as crianças.*” Nesse ponto, começa um segundo tipo de relato: aquele sobre minhas próprias dificuldades e encargos específicos com que tive que lidar para fazer minha pesquisa e não havia imaginado no início.

⁵ O filho mais novo não participou da sessão de fotos porque estava chorando e disse não gostar de tirar fotos.

2.1.2 Encontrando muros: a pesquisadora haitiana e as engrenagens do racismo estrutural

Primeiramente, fomos à uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da Prefeitura de Porto Alegre, localizada no bairro Passo das Pedras. Eram 10:15 quando chegamos em frente à escola. Passamos pelo portão principal e chegamos ao pátio que dá entrada ao segundo portão. Ali nós nos encontramos com a vice-diretora e algumas professoras cuidando das crianças que estavam brincando. Depois da troca de saudações, me apresentei à vice-diretora como aluna e pesquisadora e entreguei a ela a declaração do PPGS/UFRGS, em que constava minha filiação institucional. Ela leu, a devolveu para mim e disse: *“Não temos autorização para receber qualquer tipo de visitas e dar informação, porque dependemos da Secretaria Municipal de Educação. Vai primeiro na SMED e pede para a chefe do setor pedagógico te dar uma autorização escrita e assinada por ela para depois voltar aqui. Caso contrário, será impossível fornecer qualquer tipo de informação. É preciso respeitar as ordens dos chefes. Tudo é hierarquizado.”* Eu perguntei a ela onde ficava a Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED). Ela falou-me o endereço e tomei nota. Agradei e fomos embora. Voltarei a falar dessa primeira experiência mais à frente.

A filha mais velha da imigrante haitiana estuda em uma outra escola municipal de ensino fundamental da prefeitura de Porto Alegre e, diante dessa primeira negativa, ela me sugeriu de irmos lá para tentar entrar em contato com o pessoal da diretoria. Desta vez, foi com muita alegria que eles nos receberam e para a minha surpresa, depois de ler a minha autorização para coletar os dados, a diretora escreveu uma carta, a assinou e a anexou à declaração da PPGS/UFRGS. Ela ainda anotou em um papel o endereço da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) e o nome da pessoa a quem eu deveria entregar a carta e me disse: *“Vai nesse endereço, entrega esta carta a essa pessoa. Ela te dará uma autorização e volta logo aqui para coletar os teus dados tranquilamente. Estou te aguardando”*.

Há uma grande diferença nos comportamentos das dirigentes dessas duas escolas. Ocorreu-me, a partir disso, que a educação formal recebida nas escolas

não faz sozinha com que o indivíduo se torne um ser compreensivo e maleável. Mesmo que eu não tenha cumprido a minha missão naquele dia, saí contente porque fui bem acolhida pelos membros da diretoria da segunda Escola. Sem exagero, as reações das diretoras dessas duas escolas me levaram a uma conclusão antecipada sobre a maneira com que as crianças haitianas que as frequentam foram acolhidas por elas.

Segundo a diretora da escola Z, não há preparo por parte da Secretaria ou do Ministério da Educação para receber as crianças da população imigrante. As escolas municipais são deixadas para atuar como bem lhes parece em relação às demandas de educação desses pequenos, diferentes daquelas dos nativos. Em uma matéria escrita por cinco pesquisadores e publicada na *Nova Escola* na data de 01 de setembro de 2010, foi mencionado o aporte da psicóloga e estudiosa de migração da Universidade de São Paulo (USP)⁶ Sylvia Dantas DeBiaggi sobre a conjuntura na qual vive o Brasil piora porque não há um desenvolvimento de políticas⁶ públicas para a formação dos alunos imigrantes, também métodos adequados, cursos de língua portuguesa adicional como se realiza em vários países, tais como: Canadá, Finlândia, etc. Sem contar a formação continuada dos professores e professoras. "Predomina uma visão etnocentrista, na qual o estrangeiro é recebido como alguém que tem de absorver nossa cultura e esquecer a sua" (DEBIAGGI, 2010). O segundo ponto que me chamou a atenção foi o olhar do atendente e o peso do tom de cada palavra pronunciada, porque requer prudência e sensibilidade para atender um imigrante de línguas e culturas diferentes, mesmo que ele esteja residindo por muito tempo no país para onde emigra. Porque ele nunca estará totalmente integrado na sua nova comunidade a ponto de ser homogeneizado em matéria de cultura. A resposta seca da vice-diretora da primeira escola resumiu-se em um descontentamento que se vale da hierarquização do setor público do sistema educacional e que se transforma em uma dificuldade de se expressar com uma pesquisadora. *“Não damos nenhuma entrevista sem a autorização e o consentimento da diretoria da SMED. Vá lá e peça uma carta assinada por ela para*

⁶ Atentamos aqui para a Resolução n. 1, de 13 de novembro de 2020, que estabelece políticas para a inclusão educacional de migrantes e refugiados (BRASIL, 2020). Essa Resolução não estava em vigência durante meu campo empírico. De todo modo, sua simples aprovação não fala nada sobre sua aplicação concreta e levará ainda muito tempo para vermos isso repercutindo na prática.

depois vir aqui. Porque aqui tudo é burocrático”. Essa postura encontra explicação nas definições de racismo estrutural dadas pelo Professor Sílvio de Almeida (2018).

Em seu livro *O que é racismo estrutural*, ele classifica o conceito de racismo em individual, institucional e estrutural. A concepção individual do racismo seria considerada como uma “patologia” que pode ser atribuída a algum indivíduo e que se daria por meio da discriminação racial. Essa concepção é considerada pelo dito Professor como uma concepção frágil e limitada, por não levar em conta contextos históricos e reflexões sobre as reais causas e efeitos desses atos para a sociedade. Já a concepção institucional de racismo é considerada como um avanço para os estudos das relações raciais, por ampliar aquela anterior noção de racismo como comportamento individual (ALMEIDA, 2018). O racismo institucional

[...] diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. Para o autor, as instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. Com base nessa ideia, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam o domínio da instituição (GAUDIO, 2019, p. 214).

No final, o autor apresenta a grande concepção de racismo estrutural, que está bem ligada ao racismo institucional, porque determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida. Isso quer dizer que o racismo deve ser visto não como ação de uma só pessoa, mas como uma consequência da estrutura de uma sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. O que está enfatizado aqui é que “o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 52). Outro ensinamento importante que o Professor nos dá em seu livro é o de que apenas a educação antirracista é capaz de parar esses processos, pois eles não são logo entendidos como manifestação de racismo, estão naturalizados.

A recusa da primeira das escolas selecionadas para compor meu campo empírico de pesquisa - oportunidade em que testaria meu roteiro de entrevista antes da qualificação do projeto – me mostrou que aquela diretora se valeu das normas para dificultar uma pesquisa que estava sendo realizada por uma imigrante negra,

com todas as dificuldades singulares que isso me impõe e me deu um alerta do que estava para vir. Esse desapontamento inicial fez com que a mãe imigrante haitiana que me acompanhava, decidisse me conduzir a essa segunda escola, outra escola pública de ensino fundamental, onde estava matriculada sua filha mais velha. Verdadeiramente fiquei surpresa ao ver como os membros da diretoria da segunda escola Z - me receberam. O comportamento deles me tocou profundamente e me fez ver a diferença existente entre aqueles dois espaços educacionais. Só pude perceber o racismo estrutural em ação em razão do comportamento discrepante da segunda professora, que se referiu também às normas, mas mostrou-me o caminho, não quis dificultar minha vida e ainda incentivou-me a voltar. Trata-se de alguém que conseguiu, num pequeno ato, driblar as práticas racistas cotidianas e atenuar seu impacto.

Quando cheguei nessa outra escola, a diretora leu a carta que eu havia trazido da secretaria da Sociologia da UFRGS, ouviu-me atenciosamente e me fez sentar enquanto ela própria escreveu uma carta. Ela a anexou à minha, me deu também um papelzinho, no qual escreveu o endereço da SMED, e me disse que fosse lá no dia seguinte, às 09:00, entregá-las à fulano de tal, para dar-me uma recomendação que me permitiria voltar para coletar os dados que eu precisava. É um belo exemplo de alguém exercendo sua ética profissional de forma antirracista. No dia seguinte, às 09:00 horas, eu estava no endereço indicado (Rua Andradas, 680) na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) no 8º andar. Entrei na direção e entreguei a carta à secretária. Ela a pegou e me disse: “Moça! Não é aqui que tu deves entregar essa carta. Se é para o estágio, não é aqui. É no outro andar.” Eu lhe respondi: “Não é o que você pensa. Por favor, leia a carta.” Mais uma experiência de racismo estrutural vivida enquanto tentava viabilizar minha pesquisa empírica. De relance, ela já leu o conteúdo da carta e, vendo a autorização do PPGS/UFRGS, me convidou a sentar e a esperar por um momento. Ela entrou em uma sala e voltou alguns minutos depois e me aconselhou escrever para a diretora para marcar um encontro com ela por e-mail e esperar sua resposta. Imediatamente, abri os olhos bem grande e colocando as mãos sobre a boca, aturdida, disse: “O quê? Ela repetiu a mesma frase, desta vez pausadamente. Depois de respirar fundo, eu sussurrei: “Que tipo de burocracia é essa? Não consigo entender essa linguagem”. Ainda não havia, nesse momento, começado a

desvendar os modos como o racismo estrutural vai atuando para parar pessoas negras, para impedi-las de seguirem em frente. Entretanto, parece que, ao ver meu espanto, minha incredulidade, essa moça se deu conta de que aquilo estava mal. Ela me perguntou: “Quando que tu vais precisar desses dados?” “Na semana que vem”, respondi. Ela me fez sinal para esperar e voltou para dentro. Alguns minutos depois voltou e falou: “A diretora pediu para vires na sexta-feira, 18 de outubro às 09:00. Ao ouvir essa frase, senti como se um saco de sal sobre minha cabeça caísse no chão. Saindo de lá, liguei para a Profa. Pâmela para lhe contar o que veio a acontecer. Ela ligou para a diretora para lhe explicar um pouquinho do meu projeto.

Assim, quando eu voltei na sexta-feira, a diretora da SMED não só me deu a autorização para voltar à escola Z para entrevistar o pessoal da diretoria, professores e colegas dos alunos imigrantes haitianos, mas também, a indicação de que buscasse três outras escolas da sua rede, que ela julgava ter mais alunos imigrantes haitianos. Ela me garantiu que entraria em contato com os responsáveis dessas escolas para me facilitar a coleta dos dados⁷ e depois de escrever a dissertação, eu deveria deixar uma cópia dela na SMED para que eles pudessem ter conhecimento sobre o acolhimento dessa categoria de alunos imigrantes, sua integração, seus desafios e tomar providências.

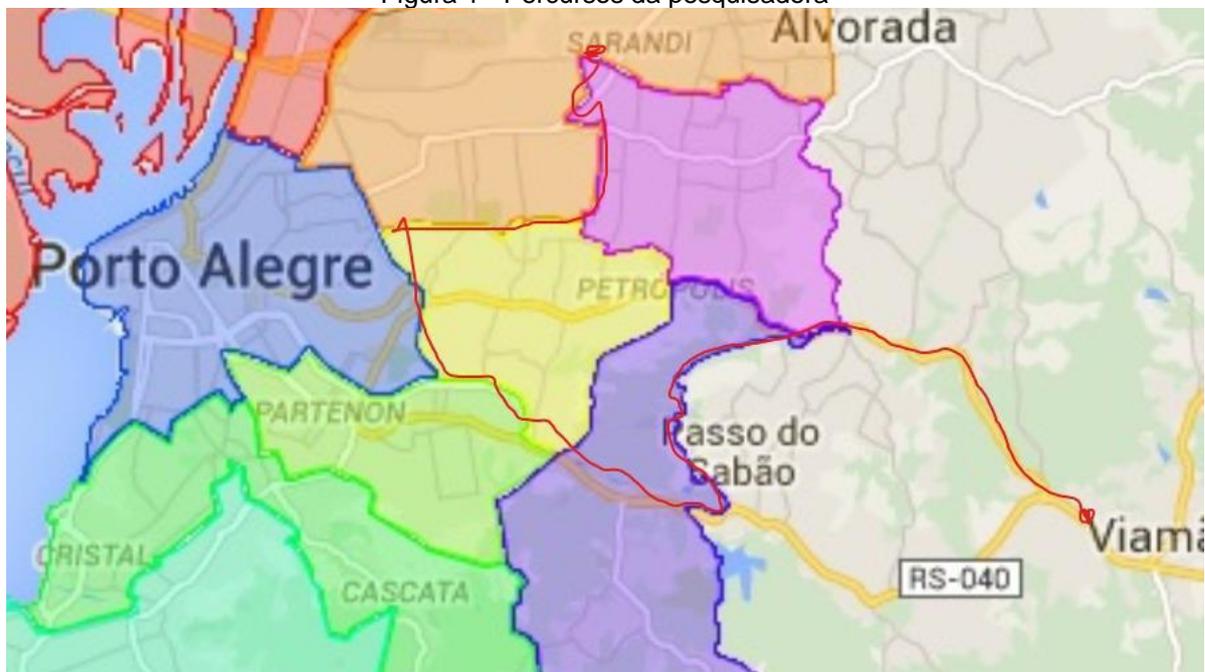
Não foi fácil encontrar a pessoa indicada na SMED, em função da burocracia acionada para me parar, mas graças a Deus e à ajuda das explicações da minha co-orientadora dadas à diretora, fui bem recebida e atendida no horário marcado.

Essa experiência me ensinou profundamente. Mostrou-me como as condições de fazer pesquisa são radicalmente diferentes quando a pesquisadora se trata de uma mulher negra, imigrante de um país conhecido por sua pobreza. Em todos os momentos narrados senti a tensão. Era como se, em todos aqueles lugares, minha presença trouxesse algo de estranho, de deslocado. O que, afinal, essa moça deseja aqui? Era o que parecia estar sendo perguntado. O que ela está fazendo aqui? Como bem explicou Kelly Cristina Fernandes Augusto (2021), no capítulo *Também é pelo transporte que uma mulher negra não consegue chegar aonde ela quer*, no livro *Mobilidade antirracista*, foi preciso estar atenta aos vários não, reagentamentos, cancelamentos e ver o que faziam com minhas condições

⁷ Em função da pandemia, essas escolas não puderam ser visitadas.

de fazer pesquisa para entender como quase conseguiram me parar. Não interessou a ninguém saber se eu poderia voltar outro dia. Como iria para casa, onde eu morava, se tinha passagens de ônibus, quantos ônibus tive de pegar para chegar até ali. Isso era um problema meu. Cada vez que me deslocava, que chegava nesses lugares, meu sotaque, minha cor, diziam que eu era uma pessoa que deveria provar que poderia estar ali. Como disse Kelly, meu próprio corpo se tornava, nessas horas, um ponto de checagem. E eu, que já havia transposto tantas fronteiras, tinha de saber ultrapassar mais uma. Me pergunto se essas questões seriam sentidas por pessoas brancas, mesmo que fossem estrangeiras.

Figura 1 - Percursos da pesquisadora



Fonte: elaboração própria.

As linhas avermelhadas nos dois mapas representam os percursos feitos pela pesquisadora para realizar as entrevistas.

No primeiro mapa, a linha avermelhada delgada na parte que liga Viamão e Porto Alegre, mostra minhas trajetórias de Viamão até Sarandi e Santa Rosa de Lima, voltando pelo Sarandi, entrando na Av. Baltazar de Oliveira pegando ônibus para o centro de Porto Alegre para, enfim, voltar para casa. No segundo mapa, ela mostra o deslocamento da investigadora no transporte de aplicativos, de Santa Isabel, Viamão, passando pelo caminho do meio, Av. Protásio Alves, Av. Manoel

Elias, Av. Baltazar de Oliveira, depois no bairro Rubem Berta, retornando pelo Sarandi, voltando na Av. Baltazar de Oliveira e por fim nas escolas localizadas no Passo das Pedras, de novo na Av. Baltazar refazendo o mesmo caminho para a volta de casa.

Figura 2 - Percursos da pesquisadora



Fonte: elaboração própria.

O itinerário que me levou às comunidades onde eu pude entrevistar as famílias haitianas foi sempre feito de ônibus a uma certa distância. Os lugares inacessíveis ao transporte coletivo foram percorridos pela condução de transportes do aplicativo Uber ou à pé. A entrevista piloto foi realizada antes da pandemia em uma época em que o transporte público era de fácil acesso nos dias úteis. De Santa Isabel ao eixo Baltazar, era possível pegar um ônibus para chegar em alguns lares

haitianos que ficam perto do Centro Humanístico Vida⁸. Saindo da casa da família entrevistada, a mãe das crianças e eu fomos a pé até as escolas onde elas estudam. Com uma carta escrita pela escola Z e anexada à autorização da UFRGS, fiz o trajeto de volta a pé até a parada de ônibus para então voltar à minha casa, em razão de que era quase uma hora da tarde, o pessoal da SMED iria entrar no seu momento de pausa. Depois de pegar a autorização no dia marcado na SMED, fiz questão de buscar a mãe das meninas para me acompanhar de novo à escola Z. Peguei um ônibus e, chegando à casa dela, não tínhamos condição de ir à escola esta vez à pé porque chovia muito. Mas como poderia ficar em casa quando eu tinha um trabalho tão sério para fazer? Com todo prazer, ela me acompanhou mais uma vez, para me facilitar a entrada no ambiente físico da escola Z, porque ela é muito conhecida pelo porteiro em razão da filha estudando ali. As outras entrevistas que foram realizadas nos bairros Rubem Berta, Sarandi e Santa Rosa de Lima me custaram muitas idas e voltas e mais gastos porque de Santa Isabel de Viamão (zona Leste) a esses bairros pré-mencionados, que se encontram todos na zona Norte há um considerável trajeto. Tive que pegar um ônibus para ir ao centro de Porto Alegre, outro para chegar a um certo ponto nos bairros e um transporte do aplicativo Uber ou à pé para entrar no beco ou na rua onde residem essas famílias.

O pai ou a mãe de algumas dessas famílias fazem bicos e para encontrá-las completas, é exigível ir até elas aos domingos. Uma pode não estar na sua integralidade um domingo porque tinha uma faxina improvisada (no caso da mãe) ou um bico de última hora para fazer e não poderia estar presente também, nem tinha como me avisar antes de sair de casa. Então, o pai ou a mãe pedia para que eu voltasse no outro domingo porque queria que seu/sua companheiro/a estivesse presente no momento da entrevista para contar tudo, além das respostas às perguntas.

Não foi fácil coletar os dados para inserir na dissertação durante o confinamento por causa do COVID-19, mas, com paciência e com muita dedicação, mesmo que parecem mínimo, aos meus olhos e aos dos que são capazes de compreender os desafios nos quais está envolvida uma pesquisadora afro-imigrante, valem muito. Essa seção tem o objetivo de mostrar o outro lado da trama da

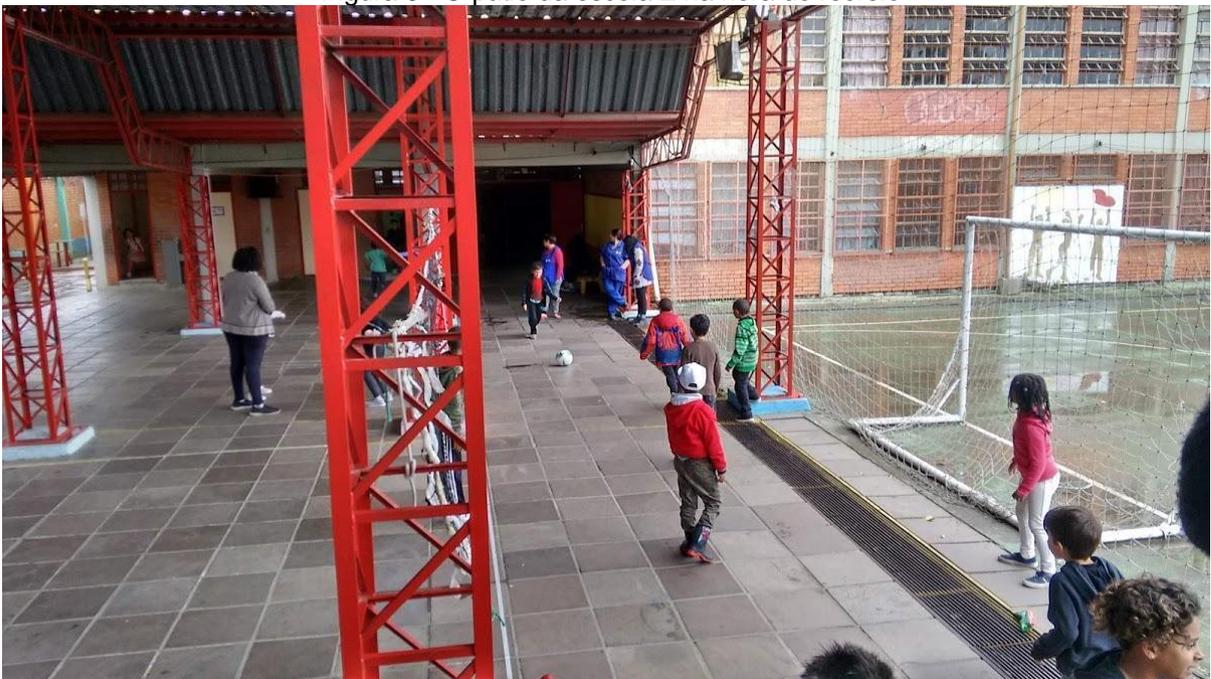
⁸ Interessante notar que muitos haitianos buscaram domiciliar-se perto do Centro Vida, onde foram inicialmente acolhidos e perto de onde conseguiram seus empregos.

pesquisa, os pontos que vão se amarrando para que ele tenha a forma desejada. Os deslocamentos pela cidade e as dificuldades singulares de uma pesquisadora afro-imigrante não podem ser naturalizados, como parte banal da pesquisa. Eles cobram seu próprio preço e é preciso que os atores envolvidos na pesquisa acadêmica que costumam deslocar-se facilmente com seus carros saibam do que se trata.

2.1.3 Chegando às escolas: a conversa com direções e professoras

Como foi planejado, na segunda-feira 21 de outubro de 2019, às 09:00 horas voltei à direção da escola pública Z para coletar os dados. Fui recebida com muita alegria pelos membros da diretoria e com muito prazer responderam às perguntas da entrevista. Também buscaram as crianças para me facilitar as entrevistas e depois tiramos fotos como lembrança do nosso encontro. Fiquei muito contente com a experiência que tive com eles.

Figura 3 - O pátio da escola Z na hora do recreio



Fonte: acervo da autora.

Figura 4 - Mãe e filha (imigrantes haitianas) no pátio da escola Z na hora do recreio



Fonte: acervo da autora.

Ao questionar a diretora sobre como vem sendo a recepção de crianças imigrantes haitianas na escola, a ouvi responder o seguinte:

Eu acho que é um desafio assim né, porque a gente tem muito boa vontade. A gente gosta muito de receber porque a gente entende que é super importante né, inclusive a gente fez um trabalho agora recentemente no “Pepita no palco”. O tema foi “A imigração” sobre todos os imigrantes, porque a gente tem mais prazer de receber, mas isso é um desafio, a comunicação para eles e para as famílias na questão da língua, dos costumes. Muitas vezes, a gente tem dificuldades de se fazer entender para essas famílias, no dia a dia da escola, rotina da escola, se tem passeio, se tem horário diferente, se tem alguma outra atividade. Como a gente faz para essas famílias entenderem isso né? (Diretora da escola Z, 2019).

Pude notar como a Escola fazia questão de se apresentar como incentivadora da recepção dessas crianças imigrantes. A diretora mencionou, como um dos principais desafios da escola com relação às crianças imigrantes, o de colocar essas crianças em turno integral para que passem mais tempo convivendo com a língua portuguesa. Na opinião dela, isso tem trazido bons resultados, já que no caso das crianças, filhos de meus entrevistados, em um ano, já estavam falando perfeitamente o português. Mencionou como uma das dificuldades:

[...] a parte das questões pedagógicas. Porque às vezes as professoras não conseguem medir de fato o que essa criança sabe só porque tem a questão da língua. A criança sabe ler, sabe escrever lá em francês e daí, a gente não sabe francês. Então para nós, isso é um desafio também. Não sabem mostrar isso em língua portuguesa. Isso é uma outra dificuldade. Vice-diretora Z, 2019).

Quando as crianças chegaram [a mais velha e o mais novo], a escola realizou uma avaliação para saber em que turma eles seriam integrados, “porque a gente não tem como adaptar o ano ou série em que eles estavam com o ano da gente, né?”. Nessa avaliação, descobriram que a mais velha já estava alfabetizada em francês:

A gente disse: “Bom, ela sabe ler. Não podemos colocá-la na turma dos pequenos. Ela vai ter que aprender a língua portuguesa.” Agora, eles estão indo bem, tanto ela quanto o pequeno. (Vice-diretora da escola Z, 2019).

Ao questionar quais são os procedimentos adotados pela escola no que diz respeito à documentação exigida para a vaga dessas crianças, a diretora respondeu:

A gente não cria nenhum empecilho. Se a família tem um documento mais legal na entrada no Brasil e alguma coisa da escola anterior, o boletim, é o que a família traz, a gente acabou aceitando e com isso a gente matricula. Eu acho que uma orientação que não é nossa. É a regulação da SMED que é essa. Então, tem que estar bem documentado para quando eles se formarem na escola, poderá dizer: de onde você tira que eles deveriam estar no quarto ou quinto? Bom, aqui está a documentação que mostra essa avaliação que foi feita. (Diretora da escola Z, 2019).

A diretora mencionou tentar sempre conversar com as famílias, na medida do possível, no entanto, afirma que “alguém não conseguir falar português dificulta bastante”, talvez sem dar-se conta de que o fato de não haver profissionais aptos em língua francesa ou crioulo haitiano também é um problema.

Ao inquirir se os pais tiveram dificuldades em providenciar esses documentos e pedir que contassem um pouco sobre essa experiência, a diretora mencionou que os pais trazem os documentos “e a gente acaba adaptando e fazendo a nossa tradução. A gente faz a tradução às vezes no Google e a gente tem alguns colegas que sabem um pouco de francês e nos ajudam, mas no geral, a gente vai no Google. Tem isso esses dias.” Foi interessante perceber, nesse ponto, que nessa escola parece haver um esforço em desburocratizar o processo e não lhe impor

entraves excessivos, resolvendo com as ferramentas existentes, para fazer valer o acesso à educação.

Na sequência, a diretora comentou algo muito interessante, que traz pistas para entendermos como a chegada das crianças imigrantes pode trazer novas questões às turmas, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem:

Quando chega na turma dessas professoras, a gente conversa informalmente: “olha fulana!” Eu lembro que uma professora especificamente no início, ela queria trazer o francês para os outros alunos. Ela começou a dar aula de francês para os outros da turma. Eu disse: “Que legal! Tu estás aproveitando desse menino para trazer outra língua pelo restante da turma?”

A gente não tem nenhum profissional de francês. Essa professora quis ensinar alguma coisa de forma básica como assim: como se diz lixo? Como que a gente pode botar uma coisa no lixo? Os outros sabiam como dizer: temos uma dificuldade. Eu acho legal, foi uma troca bacana. (Vice-diretora da escola Z, 2019).

Ao questioná-la sobre a existência de alguma formação ou orientação especial dada a esses/as professores/as para acolher as crianças imigrantes, a diretora mencionou se tratar de uma escola da prefeitura e “ela tirou os nossos momentos de formação e de reunião”:

A gente não tem nenhum momento, nem de formação nem de reunião. São raros no ano. Então, a gente está com dificuldade de se encontrar para resolver os nossos problemas básicos. Essa é uma dificuldade que está tendo de forma geral. Sem reunião, como que a gente faz? Teria que ter formação e orientação porque é uma nova realidade. A gente tem que se adaptar a essa nova realidade. O ideal seria ter informação, mas a gente está passando trabalho até esse grupo que está aí. A gente aceitou muito bem porque também é uma troca dentro da escola. Temos que ter interesse nessa pesquisa para poder nos ajudar. E fica muito difícil ter qualquer formação ou conversa sobre uma situação difícil como essa no momento de trabalho. (Vice-diretora da escola Z, 2019).

O que isso demonstra: enfatizar que a inserção das crianças está sendo resolvida individualmente e que não há uma política pública voltada para a integração desses imigrantes nas escolas.

O programa de acolhimento e de integração das crianças haitianas na escola não foi implementado por uma política pública, mas, por iniciativa própria dos membros da diretoria em conjunto a cooperação dos professores e professoras.

Quando questionei sobre como foi a adaptação dessas crianças e pedi que destacassem alguma situação especial, que os houvesse marcado, a diretora respondeu haver muitos casos:

O primeiro que me chama atenção, são as crianças. Elas são muito alegres, felizes e de bem com a vida! Elas sabem se adaptar bem. Trouxeram uma alegria para dentro da escola. Elas estão sempre rindo, brincando. Isso nos chama atenção. Disse: “Nossa! As crianças que têm uma história de vida difícil, saem de seu lugar, mas elas estão super bem, se adaptam bem, são felizes, contentes, né?”

Elas são muito afetivas, muito emotivas, coisas mais queridas assim. Então, é muito legal essa diferença. Até brinco desta última família que chegou. Um menino pequeno de JB chegou no primeiro dia, o pai largou e foi embora e ele ficou e nem chorou. A professora chegou e disse: “Gente! Eu fiquei pensando naquela criança que não fala nem uma palavra em português e no meio daquele monte de outras crianças, brincando e não chorou.” Ela está fora de seu país, fora de seu ambiente familiar. (Diretora da escola Z, 2019).

Quando questionei como tem sido a experiência para essa diretora enquanto profissional da educação, como tem sido trabalhar com imigrantes, ela suspirou e respondeu:

A gente admira isso. Tem uma coragem, né? Eles trazem isso sim, uma vontade de se dar bem, de se adaptar. E o que nos chama atenção é a gratidão das famílias por terem conseguido a vaga, de ter uma escola que recepciona bem, tem alimentação. Porque os que ficam aqui o dia inteiro, tem café da manhã, tem almoço, tem lanche da tarde. Então, a gente vê que as famílias ficam muito felizes e a gente fica muito feliz também. Algumas das crianças relataram que não podiam estudar lá por um tempo no país delas porque os pais não tinham dinheiro para pagar suas mensalidades. Enquanto os pais estavam juntando dinheiro para vir para o Brasil, elas ficaram fora da escola e aí chegaram aqui e conseguiram matricular-se na escola.

Nossa! A gente é suspeita. Muita gente gosta, entusiasmada. Tem um espetáculo que se apresenta e o tema deste ano é: “Somos todos imigrantes”. (Diretora da Escola Z, 2019).

E ela acrescenta que a escola organiza esse espetáculo justamente para trazer à tona a questão da imigração e inseri-la nos cursos. Isso traz tantas coisas diferentes para a equipe administrativa, o corpo professoral e os alunos tanto nativos como imigrantes. A pergunta que surge aqui é: o que mais pode ser feito além do espetáculo? No cotidiano escolar?

Perguntada se a escola tem seguido as políticas públicas indicadas para esse perfil de aluno, a diretora disse não ter política especial para acolher os alunos imigrantes:

O que a gente tem: a “mãe dos haitianos”, a N., uma brasileira que vem conversar com a gente. Até a gente arrecadou roupas e outras coisas como alimentos que ela levou. Essas ligações não são políticas públicas. Elas não chegam para nós aqui. A gente se organiza por nós mesmos. As escolas da rede municipal, a nossa é muito inclusiva em todos os sentidos. Ela recebe alunos especiais e as portas se abrem. A gente acolhe e vai acolher, a gente vai se adaptar e organizar o acolhimento tentando acertar e fazer o melhor. (Vice-diretora da escola Z, 2019).

Importante notar como o acolhimento é personalizado e como as pessoas que se engajam vão sendo reconhecidas por títulos como “mãe dos haitianos”, numa atitude que marca a benevolência dessa pessoa e não a garantia de acesso a direitos para os imigrantes. O acesso à educação também fica marcado como uma graça concedida por certas escolas benevolentes, por certas professoras que se importam, com ajuda de uma ou outra pessoa da comunidade, de “boa vontade”. Sobra aos haitianos e haitianas “ficarem gratos”, como quem recebe um favor. Se por um lado todo o apoio é bem-vindo, por outro, quando ele acontece assim se trata também de um dano à dignidade. Por fim, ao questionar se houve alguma situação em que foi presenciada discriminação ou preconceito em relação a essas crianças, a resposta da vice-diretora foi que achava não ter havido:

Aconteceram situações, mas da mesma forma que acontecem com os outros alunos que são negros, não por ser haitianos. Assim, lembro de uma situação, são coisas que acontecem no dia a dia da escola não necessariamente por ser haitianos. As crianças são uma novidade. Quando chegam, elas querem saber, querem conversar, querem saber que língua fala. Então, em geral, as crianças são bem acolhidas. Isso é uma das características do povo brasileiro. Eu acho que essa escola tem fama internacional. Eu fico pensando se vou viajar e colocar os meus filhos em uma escola, de que maneira eles serão recebidos? A gente tenta dar o melhor para eles.

Isso é uma realidade que vem para cá, né? Alguns anos atrás vieram para cá. Sem políticas públicas, a gente está tateando. Não tem políticas públicas para isso e sim esses espaços de reunião pelos professores. Sempre na boa vontade. (Vice-diretora da Escola Z, 2019).

Nesse ponto, é muito importante destacar o início da resposta, que marca que, ali, o preconceito segue a cor da pele, não necessariamente o país de origem. Também é interessante o movimento de reciprocidade na fala dessa professora, que

projeta a pergunta sobre como gostaria que seus próprios filhos fossem acolhidos no exterior.

De qualquer modo, é possível verificar nas falas uma sempre presente surpresa causada pela alegria das crianças haitianas e sua facilidade de interação, como se a vida vivida no Haiti ou com família haitiana não pudesse ser uma vida festiva, alegre, vigorosa, mas sempre algo dolorido, traumático.

Entendo que o ambiente escolar em que elas estavam era atraente com a colaboração da equipe profissional e das nativas. O que revela a presença de uma conscientização em andamento de toda uma equipe de profissionais trabalhando pelo bem-estar dos alunos imigrantes de pais refugiados, desejando encontrar uma vida melhor. Com a ausência do acompanhamento dos dirigentes do ministério da educação, acredito que, sim, eles fizeram o seu melhor em levar os alunos imigrantes a não se sentirem tão desamparados. O agir desses profissionais pode ser o resultado de “sua lógica de que o racismo não encontra fundamentos nas diferenças culturais, mas sim no processo de integração social dos indivíduos” (MELLO, 2010). Percebi, mesmo com todas as ressalvas feitas, o desejo de fazer a diferença trazendo para dentro do ambiente escolar a outra face da realidade vivenciada pelos negros e também seus filhos, consequente da desigualdade estruturada na sociedade pelo padrão imposto pela classe dominante no tocante as etnias, raças e nacionalidades.

Essas dificuldades estão sendo vividas em um período marcado por alguns avanços, como a obrigatoriedade do ensino da história de África nas escolas e a implementação da LDBEN nas escolas de ensino fundamental, que abriu novos horizontes para a inclusão da diferença e para o ensino de disciplinas vinculadas a essas culturas diferentes daquela dominante. Cristina G. Machado aponta para a importância de uma formação acadêmica baseada em um projeto de educação adaptável, autônoma e autêntica adotando uma aprendizagem coerente com nossa sociedade, com uma abordagem transformadora:

[...] Muitas propostas têm oferecido informações para o incremento de uma educação multicultural. Em geral, denotam os aspectos que se relacionam com o horizonte filosófico, ideológico e político-social do multiculturalismo, o combate ao racismo e aos vários tipos de discriminação e preconceito, afirmando o respeito e a valorização da diversidade cultural. [...] Esse fator nos enriquece, nos diferencia e, acima de tudo, nos leva a desenvolver

nossa capacidade adaptativa ao buscar um novo caminho para o futuro da humanidade. (MACHADO, 2002, p. 96-97).

Analisando a declaração de Machado, entendi que os filhos dos imigrantes haitianos são como pastas de modelagem que precisam de mãos para dar-lhes formas para crescer sem absorver o desrespeito e o medo de compartilhar seus valores.

2.2 ANOTAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO A PARTIR DE UMA CARTA: O RACISMO DERRETIDO PELO CALOR DE UM NEGRINHO

Nessa última seção do capítulo apresentarei minhas considerações utilizando uma fonte especial: uma carta. Quando o casal haitiano – meus interlocutores desse capítulo - foi fazer a matrícula do filho mais novo (Jean, de 4 anos), deu sorte porque pouco tempo depois saiu o nome do menino entre os sorteados. Não passaram três meses da entrada do seu filho na creche, uma das professoras os escreveu, contando que eles (lá da creche) tinham receio de aceitar a criança no seu meio mesmo depois da homologação de seu nome pelo SMED. Eles pensavam que ela era diferente das outras crianças, só porque ela é imigrante negro e não é falante de português. A surpresa da professora foi tão grande que não conseguiu prendê-la dentro de si, escreveu à família da criança para lhe contar o que estava acontecendo com ela mesma.

O comportamento da criança fez com que a professora mudasse sua concepção errônea e tortuosa da aparência visual das pessoas negras, principalmente dessa criança vivenciando o quádruplo estigma: o repúdio à cor negra, o medo da presença dos estrangeiros, a dificuldade de falar o novo idioma e a não aceitação de costumes e culturas diferentes. Com o coração comovido, ela confessou esse crime endêmico que é o racismo. Talvez para limpar-se desse mal que, cada vez mais, cresce tomando diferentes degraus e de uma forma sinuosa. Que coragem teve essa mulher! Nem todos têm. Para acalmar a fúria da tempestade de longa data interiorizada, ele precisava exteriorizar tudo como o vulcão vomitando fogo e cinza. Tudo isso se materializou em letras, palavras, frases, parágrafos e texto escrito. Não demorou muito tempo para que a professora aprendesse a amar e respeitar um ser humano ainda em formação pela beleza que ele carrega dentro de

si. Como uma criatura tão frágil pode ensinar sabiamente a alguém designado para lhe ensinar?

Então, esse negrinho era e é mais forte do que sua professora, que representaria sua mãe para lhe dar todo o carinho que ele merecia, mas ideologicamente, por ação do racismo, do colonialismo, era sua inimiga. Pelo seu afeto e seus gestos amorosos manifestados pelas suas professoras, seus coleguinhos e suas coleguinhas, derrubou todas as barreiras que lhe rodeavam. A luz que vem de dentro do negrinho se transformou em colírio para abrir os olhos míopes da professora. Agora, ela pode entender de forma nítida que a cor não é um empecilho para sua aprendizagem e ver nele uma criança normal e igual às outras. Disse a mãe do negrinho: *“A professora nos escreveu uma carta de várias páginas em crioulo haitiano com a ajuda do Google tradutor, para descrever a alegria que estava transbordando do seu coração pela diferença que o “meu negrinho” fez na vida dela através do seu comportamento.”* Eis as frases mais lindas escritas por ela: *“Nunca encontrei uma criança tão carinhosa como esse menino. Toda manhã, ele me traz uma flor e me abraça.”*

Qualquer criança nessa idade faria isso. Por que o gesto do negrinho marcou tanto a vida da sua professora? O afeto, o carinho e a gratidão não são sentimentos como o desafeto, o ódio e a ingratidão? Um indivíduo raivoso não pode ser também um indivíduo amoroso? Uma pessoa negra não pode ser amorosa? A ideologia maldosa, repugnante e estereotipada construída e fortificada durante séculos sobre o grupo de pessoas negras independentemente dos recantos onde vivem ou vêm neste planeta terra precisa ser erradicada. Mas como este sonho meu pode ser concretizado?

É muito triste ver e ouvir isso. Uma criança é considerada, de partida, como um problema num âmbito escolar só por ser negro. O pior de tudo, ela carregou sem entender nada do que estava acontecendo no fundo do coração dos que estavam ao seu redor, até que um dia, a chama que está dentro de seu coraçãozinho, queima a ignorância que germinou e tomou raízes no coração da sua professora se espalhou e a libertou. No corpo da carta, algo sério me chamou atenção. O negrinho não só é um imigrante carregado de costumes, hábitos e línguas diferentes, mas é o único estrangeiro e o primeiro a frequentar esta creche desde sua abertura à serviço da comunidade. Esse estranho negrinho, não é porque ele é negro que desenvolve

esse comportamento diferente do das outras crianças, é porque ele é um ser humano que sente como qualquer ser humano, que nutre no seu interior o desejo de amar e de ser amado. Nele flui a vida como em todo indivíduo que se move sobre a face da terra. No relato da professora, percebo algo: seu espanto pode ser o espanto de todo aquele que descobre que o negro é humano, que há humanidade no negro. Em um país onde o racismo estrutural é tão forte como o Brasil, isso é coisa que se descobre de vez em quando, pois o normal é a naturalização histórica do oposto: esquecer que aquele corpo merece dignidade.

O comportamento da professora me faz lembrar do escrito de Fernandes e Patarra (2011) sobre a ideia de que os dirigentes do Brasil teriam tomado medidas para restringir o fluxo de imigrantes no país, datando de 1934-1937 por causa da crise econômica mundial. Acentuando no que diz respeito ao branqueamento do povo brasileiro, que segundo os dirigentes políticos, era preciso impedir os estrangeiros, especialmente os descendentes de africanos, de migrar para o país. Isso gerou uma perseguição e desprezo contra esse grupo de indivíduos, que desde então vem sofrendo a xenofobia e todos os atos de violência de diferentes maneiras, praticados publicamente ou de modo privado. Quantos artigos e livros já foram publicados, estão sendo publicados agora e tantos que estão a caminho ou em manuscritos ainda para ser publicados nos próximos dias, tratando somente o tema que nenhum branco racista gostaria de ler e ouvir falar. É uma palavra que expressa ou resume todo o ódio de alguém ou de um grupo que quer viver só para si, sem preocupar-se com quem ele chama de OUTRO e, para viver apaziguadamente, buscando formas tangíveis para infernizar a vida desse outro.

Concluo esse capítulo provocado por uma pequena demonstração de sensibilidade trazida por uma criança imigrante haitiana em uma creche na zona Norte de Porto Alegre. É uma maneira de ver e de reconhecer o sentimento de humanidade que pode ser ocultado tanto nas pessoas de pele branca como nas de pele negra. A manifestação do amor de uma pessoa negra não é um evento especial em um momento raro, mas é um dom que pode ser encontrado em qualquer ser humano, independentemente de sua cor. Os inúmeros obstáculos e precipícios colocados cotidianamente diante desse grupo de indivíduos não impedem o desenvolvimento do seu senso de humor e do carinho inatos a muitos. São casos e causas bem reais no nosso cotidiano.

3 ACOMPANHANDO FAMÍLIAS HAITIANAS AO LONGO DA PANDEMIA: IMPRESSÕES SOBRE AS NOVAS (E VELHAS) RELAÇÕES IMPOSTAS

O isolamento para conter a Covid-19 no começo do mês de Março de 2020, apresentou novos desafios para a realização de meu campo. Vi-me impossibilitada de entrar em contato com as escolas indicadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) naquela visita em que autorizaram e incentivaram a realização de meu trabalho. Tendo mandado e-mails que não foram respondidos, julguei necessário escrever para os responsáveis da SMED a fim de me enviarem novamente a lista das escolas e seus endereços eletrônicos, já que poderia ter cometido algum engano na escrita ou algum outro erro. Depois de ter a resposta do funcionário da SMED, vi que eu estava certa. Portanto, foram as escolas que me negaram resposta, silenciando, não colaborando. Com isso ia ficando nítido pra mim que em meio às urgências da pandemia, as crianças haitianas ficariam por último.

Expus meu caso a uma colega e ela passou-me o contato de uma amiga que trabalha em uma dessas escolas. Prontamente, escrevi para sua amiga e ela me passou o contato de um dos membros da diretoria e sem demora, entrei em contato com essa pessoa. Conversamos via WhatsApp e marcamos uma reunião com os membros da diretoria da escola. Passando o horário marcado, ela não me ligou e nem me enviou uma mensagem para dizer o que estava acontecendo. Então, escrevi para ela porque poderia ter-se esquecido de mim. Passados alguns dias, ela me convidou a marcar uma outra reunião, que nunca chegou a ser realizada. Escrevi a ela várias vezes, mas não me respondeu até agora.

Por consequência, eu tinha a sensação de que eu estava com uma pedra nos meus sapatos. Dessarte, reparando nas necessidades de educação premente dessas crianças e que elas e seus pais também representam os protagonistas principais da pesquisa, achei importante ir às residências de algumas famílias imigrantes haitianas que moram nas localidades onde estão exatamente situadas as escolas em que eu deveria coletar os dados. Ainda naquele momento, a pandemia trouxe uma outra inquietação além da vida escolar das crianças, a questão da sobrevivência material das famílias nesse período de confinamento passou a ser fundamental.

A economia familiar é um dos fatores determinantes e condicionantes no desenvolvimento intelectual da criança, porque sem uma renda financeira para o seu sustento, ela certamente será afetada em seu processo de aprendizagem. Eu estava completamente convencida de que a ausência dos relatos dessas escolas poderia ocasionar um vácuo no objetivo geral que foi proposto desde o início da realização da pesquisa, mas, era imprescindível seguir em frente, apesar dessa confusão.

Então, cautelosamente e imbuída de espírito contrastante às lideranças dessas escolas públicas, que me negaram qualquer resposta, tomei a decisão de pôr em prática os aconselhamentos de alguns dos meus colegas e das minhas orientadoras, de dar seguimento na busca do resultado do trabalho que pretendia atingir, mesmo que em parte. Condizente ao ditado popular haitiano: *“Lèw’ pa jwenn manman, ou tete grann”*, *“Na ausência da mãe, a gente amamenta na vó”* e o fato de que as lideranças das escolas não me responderam os e-mails enviados para elas, eu estava em uma situação de perplexidade de prosseguir com a geração dos dados entrevistando algumas famílias e seus filhos que cursam os anos do ensino fundamental. Milhares de questionamentos surgiram na minha mente sobre a atitude das escolas. Isso me parecia enroscado e, de repente, comecei a proceder com uma série de interrogações: Por que nenhuma dessas escolas me respondeu? Será que poderia ser uma desconfiança da parte delas de revelar um fato ou um caso interdito? A substituição do ensino presencial pelo ensino remoto seria um critério para recusar a minha solicitação de entrevista? Será que há um motivo específico para esse silêncio? A verdade é que um e-mail escrito por uma pessoa que se apresenta como haitiana e deseja saber das crianças haitianas em plena pandemia parece que está longe de ser uma prioridade.

O primeiro semestre do ano letivo de 2020 representou o início de um novo sistema de ensino-aprendizagem efetivado pelo ministério da educação nos três ciclos de formação, por conta da pandemia de COVID-19, que também trouxe um grande desafio para os pais. Embora muitas crianças tenham habilidade inclusive superior à dos pais ao manusear os celulares e outros aparatos relacionados à tecnologia, a implementação do ensino remoto no ensino fundamental trouxe constrangimentos tanto para os pais e crianças quanto para os professores. Se as melhores escolas privadas, mesmo bem equipadas, enfrentaram dificuldades para

se adaptarem a esse novo sistema de educação, quanto pior é o caso das escolas públicas sem recursos financeiros?

Se no início do curso de mestrado, eu pensava apenas em pesquisar sobre a situação escolar das crianças imigrantes haitianas, ao visitar as famílias durante o confinamento, passei a escutar relatos de acontecimentos abusivos que transponham esse domínio, sofridos pelas famílias em tempos pandêmicos. Com isso, percebi que era importante falar também desses pais e mães e suas lutas concretas pela sobrevivência; porque tudo isso está entrelaçado à formação das crianças, tudo isso diz respeito e interessa ao processo pedagógico, como o mestre Paulo Freire nos ensinou (FREIRE, 1996). Então, decidi acrescentar reflexões elaboradas a partir das experiências de vida cotidiana desses pais e mães de crianças imigrantes haitianas vivendo em Porto Alegre, porque nada disso é estranho à educação.

Posso confessar que eu fiquei muito abalada depois de ouvir um dia o relato de um desses pais. É impossível não se emocionar vendo o sofrimento e a carência de muitos pais imigrantes haitianos durante o período pandêmico e os impactos que fazem sobre a vida escolar e psicológica das crianças. Não posso deixar passar despercebido o relatório de um fato indesejável vivido por um pai imigrante haitiano durante a pandemia de COVID-19. Na quinta-feira 19 de Novembro de 2020, como combinado, fui à casa de uma família imigrante haitiana no bairro Rubem Berta para continuar com meu trabalho de inquirição sobre os experimentos vivenciados por muitas delas nessa conjuntura tão crucial. Ao cumprimentá-la, algo me chamou atenção. Vi que o pai estava com gesso desde o antebraço direito até o punho e sem pensar duas vezes, perguntei-lhe o que tinha acontecido. Ele me convidou para sentar e logo começou com a sua triste narração na qual revelou o comportamento insensato de seu chefe de trabalho que apesar de quebrar um de seus braços, o exigiu a tirar o gesso que os médicos o colocaram um mês depois do acidente para voltar a trabalhar. Quando voltou ao trabalho, o mesmo braço veio a ser fraturado de novo levantando uma pilha de cerâmicas. Mesmo sabendo da vulnerabilidade do trabalhador imigrante haitiano, de sua incapacidade de cuidar de sua família de três crianças sem ter uma renda, o chefe do serviço não lhe pagou o salário do mês anterior. Além disso, ele lhe propôs de pedir-lhe emprestado um valor de R \$1.000,00 que vai ser descontado no seu salário do próximo mês para segundo o

chefe ajudar o trabalhador a pagar o aluguel e outras contas (luz e água) e prover a alimentação de seus filhos.

Enquanto, o mundo estava gemendo por causa da dor trazida pela pandemia de COVID-19, impondo muitos ao confinamento e clamando por socorro levando recursos a várias famílias carentes, o chefe do trabalhador imigrante haitiano estava aproveitando dessa situação para prejudicar a vida de um necessitado e de sua família. Quando lhe perguntei se ele estava acompanhando a formação de seus filhos, ele me respondeu:

Eu não consigo dar conta de nada disso, é difícil para mim acompanhar o desenvolvimento escolar deles. Eles assistem às aulas quando nós colocamos créditos no celular. Sua mãe vai na escola pegar os temas de casa para eles fazerem e levá-los depois. (ROBERT, 2020).

Ao forçar o imigrante a trabalhar apesar de sua fratura no braço e negando-lhe seu direito trabalhista, o chefe nem pensava na educação dos filhos do trabalhador que precisavam do recurso de seu pai para recarregar seu celular para ter acesso às aulas remotas. Esse comportamento me fez pensar o quanto os padrões neoliberais são desumanos e corroboram a uma crescente desigualdade social significativa na população brasileira. Naquela época, muitos dos padrões como esse não entenderam que “todos por igual, pobres e plebeus, ricos e nobres e não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais devem ter acesso à escola” (COMÊNIO, 1966, p. 139).

Nesse caso, é importante que o/a professor/a busque saber o motivo da ausência do aluno tal na sua aula, mesmo que seja de forma remota. Porque às vezes os pais do/a aluno/a pode estar enfrentando uma situação econômica muito difícil a tal ponto não ter como recarregar seu celular para assistir às aulas. No seu texto intitulado *Pedagogia histórico-crítica e educação no campo*, Saviani salienta a importância de que o educador deve ter uma compreensão diferente de cada aluno de sua classe.

[...] Dizer, então, que o professor, para atuar eficazmente junto aos alunos deve ter uma compreensão sintética da prática social significa dizer que ele deverá ter uma compreensão articulada das múltiplas determinações que caracterizam a sociedade atual. Ou seja, se os alunos, situando-se no ponto de partida numa visão sincrética têm uma compreensão ainda superficial marcada pelas vivências empíricas presas às impressões imediatas, o

professor já teria passado pela análise, pela mediação do abstrato, ascendendo a uma compreensão concreta, isto é, apreendendo a realidade como síntese de múltiplas determinações, como unidade da diversidade. Portanto, assumir essa orientação pedagógica na atividade educativa significa ter presente o modo como está estruturada a sociedade atual no interior da qual os educandos nasceram. Cabe, portanto, educá-los para viver nessa sociedade, o que implica conhecê-la o mais profundamente possível. E conhecer significa não apenas deter informações, mas compreender as relações, compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção. (SAVIANI, 2016, p. 22).

3.1 RETORNANDO À PRIMEIRA FAMÍLIA

Em vista disso, passado o primeiro ano de pandemia, eu fiz questão de voltar a acompanhar mais de perto a família com quem realizei a entrevista piloto, escutando-os e refletindo com eles sobre os desafios daquele momento. Interessava-me, inicialmente, saber como as crianças – e eles próprios - estavam lidando com as aulas remotas no decorrer da pandemia. Fiz isso atendendo a todos os protocolos de saúde, com uso de minha máscara e álcool gel.

Lembro que apenas o pai trabalhava regularmente antes da pandemia e vinha dele a renda para manter a casa. Em uma manhã, enquanto eu conversava com uma das crianças, o pai me abordou para me contar um caso desvantajoso em que havia se envolvido. Parei para ouvir e lhe perguntei se eu podia anotar ou gravar sua explanação do caso. Ele concordou e comecei minhas anotações de campo.

Eis o relato:

No início da pandemia, o restaurante onde eu trabalhava pediu aos empregados que cumprissem estritamente as regras do confinamento, leis que foram efetivadas pelas autoridades para controlar e evitar a propagação da COVID19. Os chefes do restaurante nos disseram que eles não iriam nos demitir como fizeram as outras empresas no único objetivo de liberar seus empregados para solicitar o auxílio emergencial; porém, eles não nos deram nem um centavo. Para sustentar minha família, eu fiz máscaras para vender nas ruas e também fiz arrumação e remendava as roupas que a gente da comunidade, que me conhece como alfaiate, me trouxeram. Com isso, eu ganhava sempre um troquinho para ter meu pão cotidiano e dos meus filhos.

Um dia desses, um dos chefes do restaurante me ligou dizendo que queria conversar comigo em relação a um trabalho que ele arrumou para mim. Sabe, madame Rebecca, fiquei muito contente e eu disse que com esse novo serviço, vou poder sustentar minha família. E daí? Quem não ficaria contente com uma oferta como essa? Ele me levou na fábrica e me apresentou aos responsáveis. Eles me pediram para fazer um teste. Como você está vendo, o trabalho é juntar peças ou pedaços de couro para fazer suportes para flores. Depois de fazer o teste, eles fecharam o contrato

comigo, no qual me diziam que eu receberia o valor de R \$1.500 por cada quinhentas unidades. Como você está vendo, dá muito trabalho para juntar as peças. Ao parecer, eles vendem bastante dessas coisas e, sabe madame, muito mesmo. Na manhã seguinte, eles enviaram uma quantidade de peças ao meu ateliê para costurar. Não passaram dois dias, eles me ligaram para perguntar se eu tinha terminado com o estoque. Eu disse para ele que acabei de fazer 630. Sabe o que eles fizeram? Eles mandaram alguém pegar as 630 pochetes e depois o chefe do trabalho me enviou uma mensagem dizendo que ele depositou R \$543 na minha conta porque eles tinham contado as pochetes e acharam 543. O que acho errado, é que três pessoas contaram as pochetes antes de colocá-las no saco; uma ou duas pessoas podem errar contando, porém, a terceira não. Mais uma coisa; o que eu não entendo, é que eles não me pagaram conforme o que eles me tinham dito quando assinamos o contrato. Quando escrevi para o chefe do trabalho dizendo que eu não entendi o que eles estavam fazendo comigo, ele disse que me pagou de forma justa e segundo a quantidade de pochetes; R \$1 por cada pochete. Senhora, eu fiquei com uma dor de cabeça horrível ao ouvir essa declaração. O pior é que eu não terminei ainda com o primeiro estoque, eles me triplicaram a quantidade. Eu digo que o chefe dessa fábrica quer fazer de mim seu escravo mesmo sabendo das minhas necessidades. O que importa para ele é ver seu trabalho pronto para tirar mais e mais lucros. Agora, sem trabalho, família para cuidar, ele está aproveitando da minha força. Escuta professora: a máquina que eu estou usando é minha. Também eu pago o aluguel e a luz para fazer o trabalho. Passei duas noites sem dormir para chegar a essa quantidade de pochetes que você está vendo aí. Mesmo assim, o chefe está me chamando toda hora para perguntar se o trabalho está pronto ou se posso trabalhar mais rápido porque ele precisa enviá-las nas lojas. Estou trabalhando sob pressão e por um valor irrisório. Eles pensam que o valor que me prometeram era muito alto ou eu não o merecia. Você não acha?

Eu, que estava ali às voltas com as crianças, fiquei sem palavras olhando para o homem. Seus olhos vermelhos e afundados, a fadiga, o aborrecimento e o desespero na sua face. Eu pude discernir no tom de sua voz, a sua incerteza de encontrar um trabalho decente para dar o melhor a sua família. Diante desse quadro, me veio à memória a frase de uma conterrânea em entrevista dada ao Sindicomercio de Viamão cinco anos atrás, sobre a diferença do tratamento dos empregadores aos funcionários brasileiros e haitianos. Ela disse que os empresários mentem seriamente aos haitianos no momento de seu ingresso na empresa.

O que aconteceu com o pai das crianças não é o primeiro caso de mentira e golpe sofrido pelos haitianos no Rio Grande do Sul da parte dos empresários⁹. Esse problema se agravou ainda mais com a pandemia de COVID19. Com o número elevado de pessoas desempregadas, a falta de renda para sua sobrevivência, elas

⁹ Em minha narrativa biográfica, tratei de relatar também alguns episódios que vivi nesse sentido. O texto está em processo de edição.

se arriscam a fazer qualquer tipo de serviço para ganhar um troquinho para matar sua fome e da sua família.

Ocorre-me que quando empresários imbuídos do espírito colonialista encontram uns desses imigrantes que não conseguem se expressar direito, é uma ocasião de tirar proveito deles. Por essa razão, enquanto reflito sobre o que ouvi e vou auxiliando na organização do ambiente para as crianças daquela casa poderem ter acesso às aulas e tirarem dúvidas comigo, vou convencendo-me da necessidade premente de mais cursos de ensino-aprendizagem da língua portuguesa também para seus pais, de modo a facilitar suas interações com os brasileiros. Quanto mais eles entendem e se expressam na língua de sua nova pátria, menos risco de se expor ao perigo de se render sem ter conhecimento em algumas situações desagradáveis que podem surgir no seu dia a dia. E também para evitar que os empregadores os façam assinar contratos e outros documentos similares para prejudicá-los. A repetição dessas ações desvenda o quanto os imigrantes estão vulneráveis e são negligenciados.

Por essas razões, eu mesma venho ministrando aulas de português a meus conterrâneos desde 2018 e abro um parêntese nessa seção para contar essa história, pois ela ajuda a entender como mesmo uma professora voluntária, quando é uma afro-imigrante, não escapa a essa mesma vulnerabilidade e negligência.

Em uma bela manhã de fevereiro de 2018, que não era como todas que já passei, eu estava sentada no escritório de uma protética no centro de Porto Alegre, recebi uma chamada desconhecida. Quando a atendi, a pessoa me perguntou se eu era Rebecca. Respondi que sim e perguntei o que seria. Ela me disse que havia conseguido o meu contato com um motorista da Uber, que pediu que ela entrasse em contato comigo. Surpresa, perguntei para ela: *“De que se trata?”* Ela me respondeu: *“Eu estava dizendo para ele que eu sou professora voluntária de língua portuguesa para imigrantes no Centro Humanístico vida. Havia um grande número de haitianos que frequentavam as aulas, mas, o que eu constatei, é que há uma constante evasão dentre eles. O número de alunos que frequentava as aulas diminuiu consideravelmente. Preciso encontrar alguém pelo menos que fale ou entenda a língua deles para poder nos auxiliar; porque parece que eles não entendem nossa linguagem. Terminando de falar ele me passou seu telefone, Rebecca”.* Prosseguindo, ela ponderou: *“Gostaria de ter um encontro contigo. Trata-*

se de um trabalho sem fim lucrativo e voluntário. Tu aceitas?” Enquanto ela falava, eu revivia os meus primeiros dias em solo brasileiro e quando ela terminou de falar, prontamente lhe respondi: “Tudo bem. Quando e onde vai ser o nosso encontro? Vou lhe dizer só uma coisa: é que... Eu não falo português, mas, vou tentar ser uma boa ajudante”.

Ela concordou, dizendo-me a data, o dia e a hora em que ela estaria no referido Centro para nos encontrarmos. De volta para casa, eu estava pensando somente naquela conversa que eu tive com a professora. Ao rever as dificuldades que eu tive ao me expressar e para expor as minhas necessidades mais simples e básicas quando eu pisei no solo brasileiro. Então, decidi preparar um pequeno material no qual se acham as frases e expressões que são os desejos mais urgentes de um (uma) afro-imigrante haitiano/a, em três idiomas: o crioulo que é nossa língua materna, o francês, uma das duas línguas oficiais do Haiti, que aprendamos a falar seja nas escolas ou com os nossos familiares e parentes, e por último, a tradução em português. As professoras fizeram a divulgação no eixo Baltazar da novidade de que teria nas aulas a presença de uma professora que fala a língua dos imigrantes haitianos, que os acompanharia no ensino do idioma português. Naquela noite, quase vinte dos alunos voltaram às aulas. A partir dessa data dedico-me a dar tudo de mim para levar o meu apoio a esse grupinho dos meus conterrâneos e, juntos continuamos com o ensino-aprendizagem do idioma português, tanto presencial como à distância. Entre essas pessoas estão os pais das crianças que acompanhei na realização desse trabalho.

Pouco tempo depois, a professora que me convidou para dar esse apoio voluntário desapareceu e nunca mais a revi. Fiquei muito preocupada por ela ter me deixado com os alunos, porque para mim era uma novidade ensinar uma língua que ainda estou aprendendo, sem se explicar ou dizer nada. Fiz questão de ligar para ela com o objetivo de saber a razão do seu desaparecimento ou o que tinha acontecido, mas ela recusou a minha chamada e me ignorou até o dia de hoje. As minhas perguntas ficaram sem respostas.

Durante dois meses, as duas professoras me tinham ajudado no pagamento das passagens para ir até ao local para dar continuidade às aulas. Então, pensei em pedir aos dirigentes do Centro seu apoio financeiro. Isso me levou várias vezes à secretaria, onde buscava conversar sobre como a instituição poderia me ajudar

financeiramente nos meus deslocamentos. Eles me enrolaram tanto que eu decidi não voltar mais a falar do assunto. Passados alguns meses, uma chefe de um setor desse mesmo centro ficou sabendo do meu caso, propôs-se a me bancar as passagens para os dias em que eu precisava ir dar as aulas. Fiquei muito contente pela proposta. Ela me pediu que me apresentasse no seu escritório para conversar com ela. Desde então, iniciou uma conversa que até agora não chega a ter uma saída.

Em uma reunião com a minha co-orientadora, em meados daquele mesmo ano, fiz menção da minha necessidade de fazer cópias de algumas páginas de um livro de português que eu peguei emprestado da coordenadora do curso de Português como Idioma de Acolhimento na UFRGS, a Profa. Gabriela Bulla, para dar aos alunos. Como de costume, ela abriu bem os olhos e me disse: “Vou fazer uma vaquinha para ti, para que tu consigas fazer a cópia desse livro para os alunos. Quantos são mesmo?” Eu lhe respondi: “São 24”. Como foi predito, na semana seguinte, o valor foi depositado na minha conta. Peguei o livro e o dinheiro e entrei em uma casa de cópias e, no mesmo dia, recebi 30 livros e os distribuí aos alunos naquela mesma noite. Para mim, foi uma grande conquista.

É uma situação muito triste saber da influência e da repercussão, dos elogios em favor de uma instituição que se apresenta por sua ajuda aos imigrantes, divulgando os horários de funcionamento do programa de ensino da língua portuguesa para imigrantes, e nem sequer apoia a pessoa que se coloca à disposição para ajudar na ministração das aulas, talvez, digo eu, por falta de recursos financeiros. É importante dizer que mesmo ingressando no Mestrado, jamais deixei de dar aulas lá. Com o confinamento por causa do COVID-19, as aulas presenciais foram suspensas; porém, no final do mês de Maio de 2020, o pessoal da diretoria do Centro autorizou a volta das aulas presenciais, mas desta vez com um número reduzido de alunos cumprindo as ordens emitidas pela prefeitura.

No início do segundo semestre do ano letivo de 2020, as coisas não aconteceram como foram previstas. Eu tinha mais disciplinas para fazer e concluir os créditos exigidos por meu Mestrado. Os textos aumentaram e eu precisaria de mais tempo para me dedicar às leituras e também escrever. Sob a insistência e a vulnerabilidade de alguns dos meus conterrâneos que frequentavam as aulas desde o início do curso e, visto o aumento do número de desempregados, muitos deles não

conseguiam acompanhar as aulas remotamente por não terem acesso à internet. Então, eu julguei necessário nos reunirmos às tardes dos domingos para dar continuidade às nossas aulas presenciais, que foram gravadas muitas vezes ¹⁰ para enviá-las nos grupos de WhatsApp, para que os outros alunos, que não puderam estar presentes, também as assistissem.

A mesma chefe me perguntou se poderia colocar alguns estudantes negros da psicologia para assistirem as aulas e fazerem atendimento psicológico caso alguns dos alunos precisassem. Com o passar do tempo, o acompanhamento psicológico tomou outro rumo, porque alguns desses estudantes de psicologia propuseram aos alunos auxiliá-los ensinando-os a forma correta de fazer um currículo e tirar sua carteira de trabalho.

No início dos atendimentos psicológicos, o combinado era que eu acompanhasse o paciente, meu conterrâneo, que não entende ou não fala a língua portuguesa para traduzir a fala dele no momento do atendimento. Eu escrevia exercícios no quadro ou deixava tarefas para os outros alunos que ficavam na sala de aula para que resolvessem esperando o meu retorno. Depois da aula, fazíamos uma roda de conversa que durava cerca de uma hora, na qual participavam os mesmos alunos que vinham de ser atendidos e os psicólogos.

No domingo, 6 de setembro de 2020, para não enfrentar de novo o frio e poupar-me da chuva, decidi optar pelo ensino remoto. Avisei nos grupos de WhatsApp que eu não iria presencialmente ao espaço reservado para a aula, mas trabalharíamos online. Durante a aula, uma de minhas chefes no Centro me ligou várias vezes e, usando o celular, eu não tinha como atender as suas ligações. Isso me deixou frustrada e muito triste, por ver uma coisa que eu gosto de fazer se tornar um fardo para mim. O que eu entendi depois de ouvir as mensagens de voz que ela me deixou e em outro grupo, é que para ela, o imprevisto não existe. Com chuva ou sol, eu deveria estar lá no centro vida presencialmente para reunir-me com os alunos porque se eu não fosse, eles não iriam também. Essa situação me era realmente incompreensível. Servir não é obrigação; é uma obra desinteressada.

¹⁰ Agradeço muitíssimo a Profa. Pâmela e as pessoas que contribuíram na doação desse dinheiro para que os alunos pudessem ter um livro de português para estudar e aprender o idioma português tanto na escola como em casa.

Depois da aula, eu fiz questão de ligar para ela para saber do que se tratava. Ela não me atendeu e no final do dia, me ligou e disse:

Nós vemos que tu és a referência dos teus alunos. Quando tu não vens nas aulas, eles tampouco vêm no atendimento psicológico. Então, tu precisas estar no centro vida para reuni-los, para que os psicólogos possam fazer seu atendimento e a roda de conversa depois da aula. Fizemos uma reunião e resolvemos te dar o valor X para pagar tuas passagens para estar lá com teus alunos mesmo que seja só aos domingos. Fica bom para ti? Nenhum dos teus alunos apareceu lá para o atendimento. Olha para ver se tu podes vir outro dia na semana. (Dona S.).

Há tempos eu estava pedindo o auxílio financeiro para as passagens, eles me estavam enrolando, mas, quando o interesse deles foi ameaçado, eles me ofereceram. É estranho para mim, e começo a compreender graças às leituras sobre racismo estrutural e institucional nesse país, como pode um centro que se apresenta como referência no atendimento a imigrantes se relacionar de forma tão desrespeitosa e pouco cuidadosa com uma migrante que se dispõe, voluntariamente, a ajudar-lhes nessa causa. Começo a entender que, para muitos, é como se os afro-imigrantes não tivessem personalidade e nem identidade, podendo ser humilhados e rejeitados. Isso é um dos exemplos tangíveis da desconstrução de sua humanidade. Pergunto: Até quando os afro-imigrantes serão vistos desse modo? Sua verdadeira identidade, sua verdadeira humanidade, é violada o tempo todo. Muitos dos imigrantes negros e negras são mentalmente manipulados. Também, muitas vezes, são usados como panos para depois serem descartados.

Concluído esse relato de minha experiência, ocupando o duplo papel de professora e de mulher afro-imigrante numa instituição que se diz prestadora de assistência e acolhimento para migrantes enquanto me submetia a condições de trabalho nada humanizadas, volto a tratar dos pais dessas crianças e de suas condições para seguir estudante durante a Pandemia. A fala do mesmo pai haitiano que deu-me o relato de peso algumas páginas atrás seguiu e enveredou pelo tratamento escolar dispensado a sua filha:

O que me preocupa muito é a forma com que os responsáveis da escola tratam a minha filha em relação aos seus estudos. Desde que ela saiu da escola, no mês de Março do ano passado, não recebemos nem uma ligação de um professor ou uma professora para perguntar como ela está evoluindo nas aulas e tudo mais. Não sei a razão pela qual eles agem desta maneira. Tem uma amiguinha da minha filha que ligou para ela contando que os

professores sempre ligam para os pais dela para perguntar sobre seus estudos. Sabe, o ciúme me bate muito forte porque vejo que o nome da minha filha está incluído na lista da escola, mas não faz parte da escola. Eu não tive sorte de encontrar uma escola que se preocupa pelo trabalho que ela deve fazer sem depender da origem, da cor, da nacionalidade, da diferença que tem uma criança. Estou chorando sozinho, sabe? Você me perguntou sobre isso, e eu estou dizendo o que eu vejo, o que estou vivendo e sentindo. Não é? (JONAS, 2020).

Esse abandono seletivo de uma criança migrante, negra, com pais empobrecidos pela pandemia não pode passar despercebida como racismo estrutural, nos termos já tratados no capítulo anterior.

3.2 NOVOS RELATOS SOBRE O ENSINO REMOTO E OUTROS IMPACTOS DA PANDEMIA ÀS FAMÍLIAS HAITIANAS COM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Muitos relatos semelhantes me encontraram nesse período pandêmico, seja junto à Associação da Integração Social, associação totalmente coordenada por migrantes haitianos onde trabalhei durante quase todo o período de pandemia, coordenando uma Biblioteca Comunitária construída para auxiliar os haitianos no aprendizado da língua, seja em meus deslocamentos até bairros amplamente habitados por haitianos, como Rubem Berta.

Exemplo disso é o caso de uma família haitiana em que pai e a mãe são, respectivamente, jornalista e pedagoga e se preocupam muito com a formação da filha, porque disseram que “em um país como esse, se eles não se preocuparem desde o início, ela não vai ter valor nenhum”. Eles não gostariam que ela acabasse como eles, trabalhando em posições subalternizadas, totalmente inadequadas às suas formações. Quando eu lhes perguntei como eles estavam fazendo para que sua filha acompanhasse as aulas e estivesse no mesmo ritmo que os outros alunos, o pai respondeu:

Olha, na medida do possível, eu dedico um tempinho para trabalhar com a minha filha. Sabe, eu faço isso porque quero ver o bem dela vendo-a crescendo intelectualmente. Acredito muito na educação, porque eu entendo que vale a pena investir na formação dela. Eu quero preparar minha filha para que ela não viva amanhã o que sua mãe e eu estamos vivendo hoje. (MARC, 2020).

Sua confiança na educação não apaga sua desconfiança na forma com que sua filha está recebendo a formação. Sem hesitar, ele expõe sua inquietude pela frieza do comportamento dos funcionários da instituição escolar em que sua filha está matriculada. Segundo a fala do pai, se a direção da escola falha no seu trabalho, os professores e as professoras poderiam fazer a sua parte para lembrar da filha. Ele acrescentou:

Outra coisa que eu gostaria de falar para você. Essa pandemia nos mostra quem está de todo o seu coração pensando no bem-estar dos outros ao mesmo tempo pensando no seu também. Desculpa querida. Não vou falar só da escola onde está minha filha. Dizem por aí que tem outras escolas públicas que tratam com carinho os alunos estrangeiros incluindo os alunos haitianos. Isso é muito bom e eu gosto disso. Se a minha tratasse bem a minha filha, eu diria. Os professores só mandam as tarefas sem dar nenhuma explicação. Os pais têm que ler e explicar tudo para que os alunos possam fazer os temas e entregá-los há tempo. Querida, você imagina os pais imigrantes haitianos que não sabem nada na língua portuguesa e só podem dizer bom dia, boa tarde, sim e não? O ministério de educação deste município tem o dever de formar e capacitar os profissionais ou pedagogos de algumas escolas. Então, é isso mesmo que eu quis dizer. Não só trabalhar pelo dinheiro, mas, fazer bem o trabalho pelo amor de Deus e pelo bem das crianças, porque as crianças não têm culpa de nada, mas, o governo. Porque é um governo que fecha mão para não pagar corretamente como ele deveria fazer. (MARC, 2020).

O segundo aporte representa a fala de mais alguns pais que não receberam nenhuma ligação ou suporte das escolas públicas onde seus filhos estão matriculados. Mesmo sabendo que o ministério de educação não investe nas escolas públicas - e agora com os cortes absurdos feitos pelo Estado nos recursos financeiros da área educacional que já eram insuficientes - os responsáveis não deveriam ignorar os alunos imigrantes haitianos cujos nomes estão listados nos seus estabelecimentos escolares. O trabalho do Prof Sílvia Almeida mostra bem que a negligência, nesses casos, é racismo.

Na fala desse pai haitiano, a negligência dos profissionais da educação da escola X lhe parecia absurda e, naquele momento, lembrou de sua formação profissional, adquirida antes de sua emigração. Sendo refugiado e sem recursos para revalidar seu diploma de graduação, ele não consegue viver como sonhava antes de emigrar para o Brasil:

Eu gostaria que os profissionais da área educacional que escolheram a profissão só para ter o título pensassem primeiro na ética profissional ao fazer esse trabalho tão nobre, mesmo que nem os pais nem o Estado não

apreciem isso. O governo deve pensar no bem-estar dos professores para dar-lhes um salário razoável, porque segundo um ditado haitiano: "**Chen grangou pa jwe**" ou "cachorro faminto não brinca". Eu acredito que a falta de cuidado do governo ao trabalho dos professores faz com que minha filha esteja sofrendo. Eu lamento muito sobre isso porque eu vejo como diz o ditado haitiano: "**Tout koukou klere pou jew.**" ou "Cada um por si." (MARC, 2020)

Essas conversas mostram quão carentes estão muitas das famílias imigrantes haitianas pela falta de ações políticas do Ministério de educação em relação à formação de seus filhos. O desejo é tão intenso que uma mãe imigrante haitiana expressou sua incapacidade em ajudar seus filhos nos temas de casa por causa da sua ignorância da língua portuguesa e a ausência da ajuda do pai pela falta de tempo. Então, a mãe pega os temas na direção da escola e as crianças os fazem sozinhas ou seja sem ajuda de seus pais.

O filho mais velho está no sétimo ano e o mais novo, segundo do ensino fundamental. Desde o segundo semestre do ano passado, eu só vou na escola pegar os temas para eles fazerem em casa e depois, eu os levo lá. Os professores não ligam para saber se eles entenderam e como eles fazem para fazer os temas e nada. É só pegar e levar de volta para eles fazerem. Meus filhos ficam fora de tudo: dos professores, da diretoria, posso dizer sem apoio da escola. E eu, não posso ajudá-los, nem o pai porque não tem tempo para fazer isso. (CLAIRMÈNE, 2020).

Os relatos da maioria das famílias imigrantes haitianas com quem conversei durante a pandemia da COVID-19, me fizeram voltar a pensar na necessidade dos pais de aprenderem a língua portuguesa. Diante disso, tomei a decisão de escrever um pequeno livro de leitura intitulado: *Yon rale: Uma conversa entre haitianos no Brasil* para que eles e eu pudéssemos ler e, ao mesmo tempo, lembrar da nossa origem e conhecer as causas da rejeição dos afrodescendentes no mundo, o colonialismo e o racismo. O livreto é o produto de um desafio que enfrentei enquanto eu auxiliava meus conterrâneos no ensino-aprendizagem do idioma português durante a pandemia de COVID-19. Também, ele é em minha visão, integra o meu trabalho e reflexões de mestrado (BERNARD, 2021).

De volta à reflexão sobre os impactos da pandemia da vida de migrantes com crianças em idade escolar, encontrei a notícia dada pela redação da Agência Mural de Jornalismo das periferias, localizada na Zona Leste da Região de São Paulo na segunda-feira 26 de outubro de 2020, intitulada: *O impacto da pandemia na educação de imigrantes*. Ela fala sobre os efeitos provocados pela COVID-19 na

educação dos alunos imigrantes que vivem em Guaianases, na zona leste da capital, e que, parecidos com os que encontro aqui, são penosos. As dificuldades aumentaram; tais como: falta de dinheiro, acesso a internet, insegurança alimentar e incerteza pelo futuro. Os pais e alunos imigrantes, professores e especialistas comentaram sobre esse estado factual (VELOSO, 2020). O repórter da Agência Mural Lucas Veloso também contou que outro problema enfrentado pelas crianças nesse período é o acesso à educação.

Eles relatam que alimentação, a comida é uma das dificuldades das crianças nesse tempo de pandemia. Porque a escola, além da questão da educação, é o espaço onde elas têm para ter uma alimentação saudável, uma alimentação que permite que elas passem o dia saudável, enfim. Longe das salas de aulas, com o distanciamento social, enfim, elas não têm outra forma de aprender. Porque essas famílias não têm celular, não têm computador em casa. O acesso remoto é muito mais dificultoso. (O IMPACTO..., 2020).

As famílias da classe elitista não precisam mais levar seus filhos até um espaço físico para aprender com um profissional da área educativa e socializar com outras crianças, mas, são obrigadas a transformar o lar em salas de aula. Portanto, outras famílias se sentem sobrecarregadas por conciliar seu trabalho de *home office*, com a educação dos filhos que exige também algumas horas de seu dia para auxiliá-los nas suas aulas e dar conta das tarefas de casa. Para as famílias dos subúrbios, sem recursos financeiros e aparatos para atender as necessidades de seus filhos, o ensino à distância traz para elas desafios ainda maiores. Será que a formação à distância é satisfatória para todos? Ela passa a ser aprovada e, além disso, é prevista para ser adotada por longo tempo e quiçá perpetuar em algumas instituições escolares mesmo sabendo da insatisfação de muitos pais.

Segundo a opinião tirada do site do Instituto Península sobre a educação à distância no Brasil e no mundo no seu canal na data de 27 de maio de 2020, *Em quarentena: 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual*, o que significa que mesmo depois de várias semanas em funcionamento, os professores não tinham recebido nenhuma formação que lhes permitiriam a trabalhar adequadamente com seus alunos virtualmente. Francamente, eles disseram que são desejosos de receber treinamento e apoio nesse contexto. Na fala da diretora do instituto, ela expõe a avidez dos professores e seus esforços em inventar métodos que se adequassem às necessidades dos alunos.

Percebemos na pesquisa que os resultados estão interligados. Os professores afirmam que não se sentem preparados e que não receberam treinamento, mas estão ávidos por isso. Eles tiveram que se reinventar para aprender a dar aulas de uma maneira radicalmente diferente, sem nunca terem experimentado este formato. As redes de educação precisam auxiliar estes docentes e oferecer apoio e suporte necessários para que possam dar aulas remotas mantendo a qualidade de aprendizagem dos alunos. Muitas já estão se organizando para isso e se preocupando em manter fortalecido o vínculo dos professores com a escola. Essa liderança é fundamental para mover o setor (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020).

A diretora ressaltou também que os professores precisam de apoio emocional para encarar os desafios que enfrentamos nesse momento crucial da pandemia.

O suporte emocional é ação prioritária para que os professores possam manter a saúde mental, o corpo e as emoções equilibradas nestes tempos de pandemia. Eles querem e precisam deste cuidado. Os gestores podem, de maneira geral, encontrar algumas soluções temporárias para este desafio, como cursos de formação. No entanto, no médio e longo prazo, é importante que se criem políticas de cuidado aos professores, pois são eles que estão, diariamente, na linha de frente com os alunos. Desenvolver integralmente estes educadores deve ser também um dos focos dos gestores públicos (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020).

Como as famílias imigrantes haitianas se adaptaram ao sistema de ensino remoto? Será que o Conselho Nacional de Educação providenciou aparatos ou outros meios para ajudar os docentes que trabalham nas escolas dos bairros desfavorecidos para o exercício de sua profissão? Nesse momento pandêmico, o ensino remoto representou a única forma de dar continuidade à formação das crianças, mas o ministério de educação deveria pensar em capacitar os professores para estarem afins durante um período mais prolongado. O Banco Mundial (2021b) previne o desastre que pode ocorrer em alguns meses na educação da América Latina e Caribe. O Ministério da Educação deve tomar o controle do ensino remoto antes que a situação piore. Segundo o Banco Mundial, para evitar que exista uma discrepância ainda maior na educação, os líderes de educação devem considerar as dificuldades enfrentadas pelas crianças de 10 anos na leitura e compreensão textual. Isso pode ocasionar o que chamaria de *pobreza de aprendizagem*.

De acordo com a avaliação da mesma fonte, *a desigualdade de aprendizagem entre os estudantes mais ricos e mais pobres pode alcançar uma diferença de quase 3 anos letivos*. Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco

Mundial para a América Latina e o Caribe afirma que: “Esta é a pior crise na área de educação já vista na região, e estamos preocupados que possa haver consequências graves e duradouras para toda uma geração, especialmente para os setores mais vulneráveis” (BANCO MUNDIAL, 2021a).

O ensino remoto não traz somente um declínio na aprendizagem, mas também o fim das refeições escolares de milhares de crianças. Adriana de Carvalho Alves Braga, professora de Arte e História da Cultura pela rede municipal da capital paulista, sabe um pouco da situação dos imigrantes na rede pública de ensino, alega que as crianças imigrantes enfrentam dificuldades em tarefas mais simples nesse período pandêmico para acessar as plataformas disponibilizadas. “Falta esforço do poder público para lidar com essa população. O ensino, colocado desta maneira de hoje, acirra as desigualdades sociais”.

Falar da necessidade de inserção de crianças imigrantes no espaço escolar brasileiro não é uma novidade. De acordo com a opinião da doutoranda em psicologia social pela Universidade de São Paulo e integrante do Projeto Canicas, Rocio Bravo Shuña, a pandemia agrava a condição dos imigrantes que antes era difícil.

Se já é difícil para as pessoas que falam português acompanharem as atividades escolares de seus filhos em casa, considerando que não estão preparadas profissionalmente para substituir os professores, isto é ainda mais evidenciado em famílias migrantes pela barreira da língua, diferenças culturais e falta de familiaridade com as tecnologias educativas atuais. (SHUÑA, 2020)

Nunca é fácil de se adaptar ao que é diferente. Contudo, isso requer paciência e método de adaptação para chegar ao objetivo desejado. Considerando o caso dos alunos haitianos, de línguas e culturas diferentes, abrangem todos os itens para serem enquadrados no grupo que merece atenção tanto na parte do ensino como na da psicologia.

O artigo 13.445/2017 da nova lei migratória dá uma atenção maior à proteção e à integridade da criança e o adolescente por ser um indivíduo mais frágil e sensível (BRASIL, 2017). Em conformidade com a constituição brasileira, ela iguala os direitos desses seres aos dos nativos em fase de desenvolvimento e no acesso a todos os serviços, programas e benefícios sociais. Para que essa lei seja aplicável na vida dos imigrantes que se enquadram na idade infante é preciso ter vozes para

realçar as intenções errôneas que podem impedir seu cumprimento. Assim, o único caminho pelo qual a comunidade estará convencida da urgência dessas crianças e adolescentes imigrantes de reencontrar o sentido de viver é a escola. Ela é o lugar propício para consertar a igualdade de tratamento que foi quebrada.

É dentro da escola que reconhecemos o diferente e temos tendência a isolá-lo sem ter a mínima ideia de dar importância ao que é naturalmente diferente. Isso é porque, muitos alunos negros mesmo que estejam aceitos em uma sala de aula e contados como se fosse igual aos outros, nunca vai ser completamente isento de expressões racistas pronunciadas sob o véu da brincadeira. O educador vai ter que utilizar um método totalmente apropriado para tal cena para explicar a importância do conhecimento do outro diferente e, buscar, nessa base, formar um laço de afabilidade com os outros alunos por meio de sua integração nas atividades escolares e recreativas. Será que no ensino a distância pode haver espaços para a manifestação de comportamentos similares ao racismo ou preconceito? Será que existem possibilidades de atender às necessidades de preservar a identidade do aluno diferente nas aulas remotas como nas aulas presenciais?

Essas indagações e outras me levaram a três bairros localizados dentro Município de Porto Alegre (Av. Baltazar de Oliveira Garcia, Sarandi e Santa Rosa) para encontrar as respostas desejadas. Nesses bairros, consegui conversar com 13 famílias, entre as quais contei 20 crianças. As conversas que tivemos resultaram em algumas constatações. Sabendo que mesmo antes do confinamento em razão da pandemia de COVID-19, muitos dos pais imigrantes haitianos perderam seu emprego em consequência da falência de muitas empresas, e apesar da crise econômica, dessas 13 famílias, 6 disseram ainda estar envolvidas em alguma atividade que lhes gerava certa renda para sustentar suas famílias. Das 7 que estão desempregadas, 4 chegaram a ser inseridas no programa bolsa família e as outras 3 não têm nenhuma renda. Segundo elas, raramente, os pais encontram um serviço para manter suas famílias.

Das 13 famílias, 3 alegaram terem-se emigrado por reunião familiar, 3 por razões econômicas e 7 por causa da insegurança experimentada no Haiti. Uma dessas sete famílias me disse que migrou para o Brasil porque já tinha alguns dos seus conhecidos morando no país, e eles lhes diziam que tudo estava calmo:

Nós escolhemos vir para o Brasil porque nos disseram que era um país bem tranquilo de viver e tinha trabalho. Quando digo tranquilo significa que é um país que não tem sequestro, os habitantes se respeitam entre si e os governantes não são corruptos como os que governam meu país. Nós nos estranhamos muito quando entramos no país. Vemos que tudo o que eles nos disseram do Brasil era pura mentira. (MARLÊNE).

Quando perguntei para duas famílias, que ambas têm três crianças, sobre a participação delas nas aulas remotas, as mães me deram respostas semelhantes: elas me responderam que seus filhos participavam raramente nas aulas:

Desde o ano passado, as aulas estão sendo feitas somente online. Elas são muito diferentes das aulas presenciais. Nossos filhos assistiam só algumas aulas. Nós fomos sempre na escola, para pegar os temas para eles fazerem em casa e depois levá-los resolvidos na direção da escola. Sempre assim, sem explicação. Eles os fizeram com ajuda do Google tradutor. Então, eles trabalham quase sozinhos nesse sentido. (ROSE; LÉA).

E os pais dos outros três que não participaram das aulas me responderam “Eles não participaram das aulas online. Só, pegamos os temas nas escolas para eles fazerem em casa e levá-los depois nas escolas. Só isso”.

No caso dos alunos que sempre participaram, ao perguntar aos seus pais sobre as atividades escolares, eles me responderam: “Cada professor e professora tem seu horário para trabalhar com eles e ligam de vez em quando para saber de suas dúvidas referentes às aulas e outras coisas”.

Das 20 crianças que foram entrevistadas 14 participaram nas aulas, 3 não participaram e 3 participaram raramente. 10 ou 50% delas, disseram não conseguir acompanhar bem as aulas, 9 disseram ter conseguido acompanhá-las e 1 disse ter conseguido apenas raramente. 10 ou 50% dessas crianças receberam o apoio das escolas, 8 não receberam e 2 receberam apenas raramente. Das 13 famílias que foram entrevistadas, 3 participaram nos encontros escolares, 8 não e 2 apenas raramente.

Esses dados e os relatos que os acompanharam, espalhados por essa seção, tramados com outras vivências que tive, levam-me a pensar no racismo, naquilo que entendo como três pilares fundamentais na sua prática, de forma declarada ou não, e também, no modo como ele é manifestado contra o desenvolvimento dos afrodescendentes tanto nativos como imigrantes, no território brasileiro. Desenvolverei esse tópico na seção seguinte.

4 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO PRATICADO NO BRASIL EM SEUS PILARES FUNDAMENTAIS¹¹

Com base no que tenho experimentado e compreendido, os pilares fundamentais do racismo praticado no Brasil são: a sociedade, a política e a educação. Sendo um ser social, a comunidade é o único meio em que o indivíduo negro deveria ser plenamente integrado e viver sem constrangimento a sua liberdade. Entretanto, o preceituário foi elaborado em benefício às classes dominantes e a prevalência de sua cultura encontra apoio e é lida como plausível em todos os setores de administração pública e privada do país. A cultura da classe dominante é imposta às outras classes, devendo ser aceita e festejada como a melhor de todas. Isso atravessa a política e a elaboração das leis. As questões da cor, da fisionomia, da vestimenta, da crença, associadas à resiliência do protagonista negro fazem com que ele esteja sempre relegado ao último plano e seja sistematicamente subalternizado. Assim, são inumeráveis os desafios que ele tem que enfrentar para conseguir ter lugar na sociedade e na política do lugar onde nasceu ou se refugia¹². No que diz respeito às leis que garantem o direito a todos os integrantes da sociedade, independentemente de sua cor, cultura, etnia e religião, os negros devem entender que, na maioria das vezes, elas vão a favor de um determinado grupo. Isso nos leva a pensar que existe uma forma de excluir - dentro da sociedade - um grupo de pessoas, considerado como marginalizado e indigno de ter certos direitos.

Nesse contexto, a educação é utilizada como a chave para a saída do indivíduo negro do seu presídio social mas, ao mesmo tempo, ela fecha todas as oportunidades de emancipação que poderia oferecer.

Por esse motivo, vê-se a importância do uso de materiais didáticos adequados no exercício pedagógico, visando remediar a situação de depreciação dos componentes do grupo em situação de desgraça. Seria bom aos docentes, com

¹¹ Essa seção foi pensada a partir da provocação do Prof. José Carlos dos Anjos durante a minha banca de qualificação.

¹² Quando eu falo de lugar onde ele nasceu, me refiro ao afro-brasileiro e também o lugar onde ele se refugia, faço referência ao imigrante negro que mora no território brasileiro. No caso do imigrante negro, além de herdar os traços dos afrodescendentes, sua dificuldade de se expressar no idioma local ou falar a língua com um sotaque diferente, a forma de responder a uma pergunta e a hesitação ao dar uma informação a alguém, o rebaixa de vinte degraus a menos na escada da subalternidade.

a implementação da lei (10.639/03) da LDBEM, nas instituições escolares públicas e privadas de ensino fundamental e médio, persuadirem os discentes a reconhecer o verdadeiro sentido do estudo das disciplinas relacionadas às culturas afrodescendentes e indígenas para diminuir o grande efeito dos ocorridos e reações racistas contra os negros no porvir, e também na construção de conhecimentos sobre a aceitação da diferença perfilada e cultural. Assim, é possível dismantelar a construção social da difamação sobre a cor negra que reafirma o traçado do colonialismo com a colaboração da classe dominante. Uma vez que a escola pelas disciplinas ensinadas que ressaltam as culturas dos povos da África pode segundo Dermeval, *resgatar a auto-imagem das crianças e adolescentes negros e negras; dialogar com os processos pedagógicos que ocorrem nos movimentos populares* (SAVIANI, 1991, p. 86). Então, a escola tem o dever de impulsionar a comunidade através da suas fontes teóricas, aceitar no seu meio todos os indivíduos com suas diferenças. Por isso, *a educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a desigualdade no ponto de chegada* (SAVIANI, 1991). Continuando com sua reflexão, ele opina nesses termos:

A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica. (SAVIANI, 1991, p. 20).

O propósito do plano de ensino que contempla as culturas dos afrodescendentes é levar esses seres humanos em formação a pensar sobre a história do povo africano e de seus descendentes e também de experimentar olhar desde um outro ângulo e desfazer os conceitos estereotipados referentes a eles.

É pertinente reconhecer que a diferença do outro não faz dele inferior. Se cada pessoa, olhando para si mesma, acolher sua aparência e entender que deve respeitar o outro sem comentários e reações chocantes, não terá mais lugar o desprezo, ódio, a violência.

Enquanto a tecnologia desenvolve-se vertiginosamente, o estado decrescente do comportamento humano é realmente desanimador. A convivência se torna quase impossível. É difícil de ouvir e de decifrar as mensagens e discursos ameaçadores dos que se dizem líderes do povo. Muitos deles desviam do objetivo de seu mandato, que é cuidar e dirigir os assuntos relacionados aos interesses da nação.

Eles invertem a sistematização das coisas, colocando-se ao lado da classe dominante para fortalecer suas ideias e fazer cumprir as diretrizes elaboradas por seus próprios interesses.

Esse proceder dá a entender que o sistema colonialista continua em vigor ainda no mundo contemporâneo. Não faz mais questão de defender as causas dos vulneráveis e providenciar meios de consertar os estragos causados pelas suas dissensões e tampouco o gerenciamento sustentável dos recursos. O que está ocorrendo é o discurso-ação estrondoso do projeto de crescimento econômico para a acumulação excessiva de riquezas, sem levar em conta (ou levando) o prejuízo que pode causar aos grupos minoritários da sociedade, especialmente os afrodescendentes nativos e os afro-imigrantes em particular.

A divergência que perdura na sociedade brasileira tem seu embasamento no posicionamento normativo da divisão social do contexto histórico. Ela vem se consolidando ao longo dos tempos na sociedade pela desconsideração dos acontecimentos discriminatórios praticados cotidianamente contra um determinado grupo. Durante muito tempo, os negros se agrupam para achar uma solução e denunciar os abusos cometidos pelos políticos colonialistas. Há uma grande diferença entre os grupos sociais e ela é vista em todos os domínios, principalmente na área econômica. Independentemente do estado, região, empresa, trabalho formal e informal, há índices discrepantes entre o salário do indivíduo negro e o não negro. A sociedade se deixa influenciar pela banalidade de que o indivíduo negro, mesmo que tenha o nível de conhecimento ou possua todos os requisitos para ocupar uma posição superior em uma empresa ou um escritório, não pode, porque é de natureza inferior ao branco.

Esse pensamento traz uma ambiguidade na vivência cotidiana do indivíduo negro. Isso o coloca em contraste à posição do indivíduo branco na sociedade e à sua realidade como ser humano. Se ele chega a ocupar uma posição superior em uma empresa, ressurgem todas as pressuposições semeadas pelo colonialismo seguidas pela presunção da classe dominante contra as pessoas negras. Aí, pode-se perceber a distorção da imagem dos negros vindo do século XV, inventada pela igreja católica tomando por pretexto o relato bíblico, a história de Noé e de seus filhos (Sem, Jafe e Cam). A igreja católica designava como a maldição de Cam a merecida escravidão dos povos da África, enquanto os europeus seriam o povo

recebedor das bênçãos de Noé. Carneiro (2003) estipula na seguinte frase: "A igreja católica e o estado sempre defenderam a posição superior dos brancos, valendo-se de leis e convenções que lhes garantiam os melhores cargos, títulos e privilégios" (CARNEIRO, 2003, p. 10).

O negro pode adquirir conhecimentos como o branco, porém, no momento da praticidade, o fruto colhido está em um quadro de desigualdade pelo mesmo serviço dado porque segundo o empresário capitalista que sempre vem da classe dominante, é indigno de receber o mesmo salário que o branco. Se para os afrodescendentes nativos a convivência é difícil assim, devemos pensar no caso dos afro-imigrantes. Pode-se entender que é quase impossível para a sobrevivência desses indivíduos, que sofrem cotidianamente com as ideias estereotipadas forjadas contra eles por causa de sua cor, língua e culturas diferentes.

A discriminação perpetua-se no mercado de trabalho e isso é o resultado da percepção de diferenças raciais criadas pelo grupo elitista. Valente complementa dizendo:

O racismo está intrínseco entre os brasileiros. A incidência do preconceito pode não ser tão evidente para alguns, mas ele não deixa de existir. Dessa forma, "podem ter mudado os sistemas econômicos, as relações de trabalho e as formas de opressão, porém os negros continuam a ser ideologicamente definidos como inferiores". (VALENTE, 1987, p. 58).

A discriminação racial contra os negros no mercado de trabalho no território brasileiro se manifesta gradualmente entre os gêneros e os tipos de serviços. Ela aumenta à medida que se distribui a valorização dos trabalhos em uma escala de forma descendente. Quanto mais insignificante se considera o trabalho pela sociedade, maior é a discriminação às pessoas que o fazem. As mulheres são vistas como objetos depreciáveis aos olhos de muitos dos patrões. Eles não só as convencem de que são mulheres, mas as fazem entender que isso significa não serem tão fortes para trabalhar, mesmo que trabalhem além de sua força. Eles as desvalorizam e seus serviços prestados, agindo como se fizessem favor pagando-as. Se faço essas considerações nesse trabalho, é porque não posso falar de crianças haitianas sem pensar nas condições enfrentadas por seus pais, nas condições que elas próprias hão de enfrentar. É possível separar essas coisas?

Refletindo sobre o tema a partir das experiências que tenho vivido e observado, o pronunciamento da abolição da escravatura no Brasil foi só uma mudança na forma brutal e desumana de tratar fisicamente os afrodescendentes. É preciso devolver-lhes todos os direitos usurpados e dar-lhes visibilidade em todas as áreas da sociedade brasileira. Eles não decidem por si só, sua voz é silenciada, as leis são a favor dos grupos dominantes da sociedade, enfim, vivemos na era de colonização (des)velada. Embora se esforcem adquirindo conhecimentos, dotados de talentos, o seu lugar é sempre nos bastidores. Por causa de sua cor, são considerados padrões de feiura, inferiores, incapazes, doentes psíquicos, pobres, máquinas, etc. Contudo, eles não podem reclamar. Por isso, a escola tem uma grande responsabilidade na formação dos alunos, persuadindo-os através de materiais didáticos, a saber das histórias dos povos africanos e de seus descendentes.

A missão da escola é muito importante na construção da subjetividade dos alunos, mostrando-lhes claramente a realidade da sociedade em que eles estão vivendo, de modo a aceitarem a diferença no seu meio e respeitarem-na. Ora! os negros não são mais capturados na sua pátria e vendidos para serem escravizados no Brasil! No caso dos afro-imigrantes, agora por vontade própria, eles fogem de desastres naturais, fome, guerras, perseguições e outros, deslocam-se em massa de sua terra natal para serem escravizados. Sujeitam-se a condições desfavoráveis, reproduzindo ainda mais a desigualdade social.

Segundo o sociólogo Kabengele Munanga na sua palestra sobre a diversidade, identidade, etnicidade e cidadania (2005), a história migratória dos negros e a maneira que eles são tratados pela sua cor são totalmente diferentes dos povos precitados.

Uma história totalmente diferente da história dos emigrados, europeus, árabes, judeus e orientais que, voluntariamente, decidiram sair de seus respectivos países, de acordo com a conjuntura econômica e histórica interna e internacional que influenciaram suas decisões para emigrar. Evidentemente, eles sofreram rupturas que teriam provocados alguns traumas, o que explicaria os processos de construção das identidades particulares como a "italianidade brasileira", a identidade gaúcha, etc. Mas em nenhum momento a cor de sua pele clara foi objeto de representações negativas e de construção de uma identidade negativa que, embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial. (Kabengele Munanga, palestra proferida em Porto Alegre, em 2005).

É importante revelar que a história é o único lugar onde nós podemos testar e confirmar a veracidade de quem nós somos, de onde viemos e a tecelagem de vida e dos comportamentos humanos em particular. Muitos admitem que a escravização dos povos do continente africano, os maus tratos dos povos não negros especialmente os europeus, os portugueses entre outros para com os negros são absurdamente relegados à condição de mitos ou apenas vem de imaginação humana. Essa segregação racial que se espalhou e se confirmou a mais de cinco séculos contra os povos da África e dos seus descendentes disseminados em todo o planeta terra, continua prejudicando a vida humana. O negacionismo ora põe em xeque fatos e ocorrências históricos, ora os relega à condição da vida, algo merecido. Há quem se utilize mesmo do caso bíblico de Noé - que amaldiçoou seu filho Cam por ter visto sua nudez e em vez de cobri-lo, chamou os outros irmãos debochando do pai – para justificar e naturalizar o lugar ocupado pelos negros na história moderna (FIRMIN, 1885 *apud* DENIS, 2011).

Os pensadores ou autores racistas encontraram aliados nos líderes da igreja católica, que em tudo o que aconteceu e está acontecendo no pleno século XXI contra os negros a nível mundial nunca se pronunciou para fechar a torneira de ideias preconceituosas e maldosas jorrando sobre o infeliz povo africano e seus descendentes. Fosse realmente a representante do bem, como se apresenta, não deveria tomar outro rumo? Cuidar e ensinar ao mundo o bem de todos os seres vivos no planeta terra? Muitos deles usam métodos dissecando as palavras contidas na bíblia para chegar a uma falsa afirmação apoiando conceitos espúrios, que destroem a possibilidade de boa convivência entre seres humanos na comunidade terrena. Desde então, os negros de toda parte são confrontados com essas abordagens em seu dia a dia. Como pode viver um negro quando sua existência humana é desafiada pelo chamado pensamento moderno? (CÉSAIRE, 1978).

Após a assinatura da carta da libertação dos negros escravizados do Brasil pela princesa Isabel, uma luta vem sendo travada em muitos campos entre os afro-brasileiros e as pessoas brancas pelo verdadeiro reconhecimento de sua identidade enquanto “seres humanos”, aptos a terem direitos e exercerem sua cidadania, a gozar de respeito social em sua diferença. Tais lutas se expressam em um movimento antirracista em que, segundo D’Adesky “é necessário preservar as

identidades culturais diante dos efeitos da cultura ocidental hegemônica que homogeneiza e desenraiza o indivíduo negro, ao mesmo tempo em que espalhou uma imagem depreciada e deformada do negro e de seu grupo” (D’ADESKY, 2001, p. 161).

Essas tensões se mostram de modo expressivo no documento apresentado durante a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995, em que escola e racismo se cruzam:

Refletindo os valores da sociedade, a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas. A reiteração de abordagens e estereótipos que desvalorizam o povo negro e supervalorizam o branco resulta na naturalização e conservação de uma ordem baseada numa suposta superioridade biológica, que atribui a negros e brancos papéis e destinos diferentes. Num país cujos donos do poder descendem de escravizadores, a influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação e justificação de atitudes e comportamentos racistas. De outro lado, a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valorização positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a ideia de universalidade da cidadania. (MARCHA..., 1995).

4.1 RACISMO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE AFRO-IMIGRANTES

Os afro-imigrantes haitianos não são poupados do preconceito no solo brasileiro, ao contrário, eles são alvos dos ataques sob várias formas¹³. Em algumas comunidades, eles não são bem-vindos; são discriminados e insultados com toda sorte de palavrões. A presença deles aumenta o ódio de alguns desempregados pensando que eles são ladrões de vagas de empregos. Também, os filhos deles não

¹³ Fala-se em xenofobia, racismo e mesmo em aporofobia. Segundo Martínez Navarro (2002), o termo aporofobia é formado de duas palavras da língua grega, àporos que significa pobre e fobia, aversão ou medo. Então, o desprovido de recursos sem opção do pobre, suscita o ódio de um grupo de pessoas impiedosas agindo contrariamente às leis de convivência humana pré-estabelecidas. O ódio é o elo comum encontrado nas atitudes das pessoas que nutrem o desejo de excluir alguém ou afastar-se dele por causa de sua condição social.

são bem-vindos em algumas escolas e faculdades e, são classificados como pessoas que não merecem o respeito e a confiança sob qualquer forma. Tudo isso eu tenho experimentado, acompanhado, ouvido e visto, em minha estada por aqui.

A desconfiança nutrida contra os afro-imigrantes haitianos pode ser manifestada de forma diferenciada e dependendo das dificuldades permeadas naquela comunidade. Olhando para o cenário oferecido a aqueles imigrantes e refugiados, vê-se quão vulneráveis são e como eles vão assumindo em proporções maiores suas dificuldades com a estereotipada linguagem corporal. Ao fazer uma avaliação das experiências de muitos imigrantes haitianos residentes em algumas comunidades do município de Porto Alegre, pode-se explorar uma expressão relacionada às situações nas quais eles vivem como “*beco sem saída*”. Dizendo isso no embasamento do fato de que muitos dos brasileiros fazem uma inversão da imagem real dos afro-imigrantes haitianos. Estes últimos são considerados como abusadores e não como subalternizados, vulnerabilizados, buscando oportunidades de sobrevivência.

A construção das ideias errôneas a respeito dos afro-imigrantes haitianos sobrepuja as dores dos estigmas causados pelos ferimentos recebidos nos seus combates diários. Visto que, a verdadeira condição de vida dos sujeitos imigrantes negros é ignorada e, às vezes negada. Com seus encontros e desencontros, é possível fazer uma comparação usando a citação de Dalcastagnè afirmando que “ao se construir uma personagem negra, deve-se envolvê-la em uma realidade social ou ela não parecerá viva” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 322).

Ao perquirir a situação na qual vive o grupo de afro-imigrantes haitianos em algumas comunidades brasileiras, constata-se a existência de extrema vulnerabilidade. Mesmo que existam leis que poderiam ampará-los, elas não são efetivas para colocá-los no mesmo patamar que os brasileiros no cumprimento de seus direitos como cidadãos. Ao contrário, elas restringem ainda mais o campo de atuação dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira e suscitam o orgulho de muitos empresários ao menosprezá-los, como é o caso de Maria Luisa Soter, sócia da área trabalhista do Veirano Advogados, na sua publicação na Você S/A em fevereiro de 2020, quando opina sobre a forma de entendimento dos nativos em relação aos trabalhadores imigrantes na sociedade brasileira, dizendo que muitos

dos brasileiros pensam que os imigrantes estão preenchendo as vagas de trabalho que *são especialmente reservadas a eles*.

O imigrante já não chega com o rótulo de alguém que veio substituir a mão de obra brasileira. Não é mais considerado um intruso, um visitante indesejado, mas sim um parceiro que traz na bagagem sua expertise, cultura, modos e modismos. Tudo o que agrega valor à nossa formação cultural multiforme e única. (SOTER, 2020).

Conforme publicado no portal LCM Advocacia e Consultoria, houve o caso de um refugiado haitiano aprovado em concurso para gari, que não foi contratado porque o ministro Antonio José de Barros Levenhagen naquela época anulou sua nomeação relatando que segundo a legislação do país, era inviável admitir o refugiado haitiano em cargo público. “A Lei 9.474/97 estabelece que o refugiado estará sujeito aos deveres dos estrangeiros no Brasil e que, ao adquirir nova nacionalidade e gozar da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu, cessará sua condição de refugiado” (TAVARES, 2017). Mas, o Tribunal do Trabalho Regional da 12ª Região (TRT-SC) recorreu tendo em vista o tempo que o haitiano trabalhou na empresa e por causa de sua condição de vulnerabilidade e chegou a ter a vitória.

Conforme os relatos da maioria dos trabalhadores imigrantes haitianos em Porto Alegre com quem conversei, mostram que muitos empresários brasileiros os consideram como máquinas de produção que não são dotados de mente humanamente criativa e de consciência. É penoso constatar a ferocidade com que a classe elitista se une com o Estado para continuar aplicando o mesmo método usado no sistema colonialista. Tendo em vista as necessidades econômicas dos imigrantes haitianos, eles são forçados a aceitar ou acreditar que eles não têm a liberdade de escolher como devem viver porque eles são o produto de uma perspectiva evolutiva. A falsa e improvável teoria de Darwin é o veneno mais letal que continua ainda neste pleno século XXI, destruindo moralmente e psicologicamente os povos da África e seus descendentes disseminados no mundo por causa de seu perfil e da sua cor. O tratamento racista dos empresários imposto aos imigrantes haitianos descreve a posição de um grupo de pessoas arrogantes que mantêm o poder econômico.

Faz muito tempo que vários grupos de indivíduos na sociedade brasileira vêm sofrendo rejeição por causa de algumas marcas peculiares. Elas se tornam estigmas

atribuídos a essa classe minoritária e com o passar do tempo, são configurados e estruturados pelo apoio de muitos dos governantes e infelizmente aceitos pelos governados. Já que as falsas ideias sobre esse grupo estão mantidas pela sociedade, parece normal aos estudiosos não darem tanta importância a fornecer muitos detalhes. Assim, segundo Goffman (1980, p. 28), “Os estudiosos não fizeram muito esforço para descrever as pré-condições estruturais do estigma, ou mesmo para fornecer uma definição do próprio conceito.”.

Às vezes, uma pessoa doente ou machucada precisa de ajuda médica, mas, por ter as características de tal grupo não desejado pela sociedade que a classifica como perigosa, os técnicos de saúde demoram muito para atendê-la ou a ignoram por ter medo desse tipo de pessoas. Então, quando isso acontece com um/a imigrante haitiano/a em uma UBS ou hospital, a doença dele ou dela se agrava imediatamente ao perceber as reações dos técnicos porque imediatamente o moral fica doente¹⁴.

Um exemplo tangível de uma moça imigrante haitiana que foi contratada por uma agência de trabalho esporádico para trabalhar uma noite em um hotel perto do aeroporto Salgado Filho como cozinheira. Depois de trabalhar, ela trocou o uniforme e o levou para a lavanderia. Quando ela chegou na saída, um dos técnicos de segurança lhe fez parar e disse: *“Dá-me tua mochila. Quero ver o que há dentro dela”*. Ela replicou e disse: *“Porque você quer ver o que tem na minha mochila? Entre todas as moças que estão saindo, sou a única que deve abrir a mochila para você olhar? Porque eu?”* Ele retrucou dizendo para ela: *“Uma das moças que trabalhavam na tua turma hoje, tem seu celular roubado. É por isso, se tu não quer que eu abra e tirar as coisas uma traz outra, tu não vai sair daqui.”* Ela olhou para o técnico de segurança e disse: *“Entendi. Fui eu quem roubei o celular da moça. Pega-o então na minha mochila. E se você não acha na bolsa, o que eu devo fazer agora com vocês por me acusar de ladra?”*

Depois de revistar a mochila dela, eles a entregaram dizendo: *“Pode sair agora”*. A moça saiu chorando e disse: *“Eu sou ladra só porque sou negra. A branca*

¹⁴ Tenho atuado como mediadora intercultural voluntária junto à SMS, acompanhando casos de haitianas e haitianos junto aos postos de saúde e hospitais de Porto Alegre. Parte dessa atuação se deu no Projeto Anfôm, cujos resultados podem ser consultados no site <https://www.ufrgs.br/nepemigra/projeto-anfom/>

que levou o celular não pode ser ladra porque ela é branca. Até quando terminarão os sofrimentos dos negros?”

Sobre a produção desses estigmas exemplificada com o caso acima, Goffman (1980, p. 28) afirma:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Falando do estigma, como imigrante haitiana sempre penso: “Será que um dia vou falar igual ao fulano de tal ou ter os mesmos direitos que ele?” Sinceramente, o meu maior problema é abrir a boca para dizer algo, porque quando estou falando em qualquer ocasião, encontro alguém para imitar o tom da minha voz. Sempre que me encontro com alguém aqui sei qual será sua pergunta depois de nos cumprimentarmos: “De onde tu vens?” e sem esperar a resposta vai assim prosseguir: “Tu és da África, né?” Afinal de contas, já sei que a minha fala ou de todos os imigrantes haitianos/as é outro adicionado a lista dos estigmas enquanto estamos vivendo no Brasil porque, quer acredite ou não, jamais conseguiremos nos expressar como o sotaque dos nativos.

Outra coisa bem séria, o imigrante negro é pobreza personificada. Ele nem precisa pedir ajuda porque para muitos ele é um mendigo. Exemplo: No início do confinamento, participei de um levantamento de coleta de alimentos para preparar cestas básicas para a doação. Alguns davam por piedade de mim porque sou imigrante negra, posso muito precisar desses alimentos. Outros não davam porque pensaram que isso era ruim para que eu levasse tanta comida para casa. Não importa o que a sociedade possa pensar de mim, vou continuar fazendo meu trabalho porque ninguém cresce olhando para si, mas fitando os olhos nos problemas dos outros e tentando de todas as maneiras possíveis ajudar-lhes a encontrar uma solução.

Esse tipo de realidade vivenciada pelos imigrantes haitianos envolve seu porte físico e também sua condição de desprovimento. Isso solidifica uma

obediência absoluta ao seu patrão para ganhar seu pão. Observe-se que além do preconceito sofrido pelo imigrante haitiano, seja no âmbito do trabalho, escolar, nas ruas e nos escritórios, tudo passa por sua cor e por seu estado no país.

O objetivo da classe que tem o controle econômico é de diminuir ainda mais a classe minoritária aproveitando-se da sua força física e de seu conhecimento, isso acontece aos imigrantes haitianos, desconsiderando que eles também precisam viver dignamente como seres humanos. A separação de grupos dentro da sociedade proporciona ao que tem o poder econômico uma abertura para apagar os desejos dos imigrantes haitianos de progredirem. Tanto afro-brasileiros como afro-imigrantes, eles formam um grupo de pessoas desprotegidas contra os ataques das classes elitista e média brancas.

Quanto mais passa o tempo, mais artimanhas são criadas insinuando torpedos sobre as origens e o destino do indivíduo negro, tentando distorcer e interromper o seu crescimento. Circulam notícias devastadoras relatando depressão, delinquência, assassinatos e mortes prematuras dos inúmeros afrodescendentes em decorrência de sua experiência no país.

O poder judiciário ignora a situação cívica da massa e se fez desobrigado de justificar a esse grupo de sujeitos indesejados aos olhos dos seus próprios líderes. Portanto, eles representam a força tarefa barata do mercado de trabalho e o elemento central do sistema econômico do país. Muitos gozam de uma vida luxuosa a custo dos abusos da força dos pobres imigrantes negros e especialmente os imigrantes haitianos.

As experiências das duas mães imigrantes haitianas, Annette e Louise¹⁵, mostram claramente que não importa o sexo do imigrante haitiano; o gênero feminino não escapa da dura situação social em que vivem os afrodescendentes.

Annette, parente de um aluno imigrante haitiano, foi empregada como cuidadora de uma idosa. Quando recebeu a carteira de trabalho, ela viu ali escrito que fora contratada para ser empregada doméstica. Com o salário mensal de R\$1.200 ela deveria fazer dois serviços: cuidar da idosa e também fazer todos os trabalhos domésticos, mesmo nos dias feriados do calendário. Quando ela reclamou do cansaço que sofria por causa de suas inúmeras tarefas e ainda não tinha tempo para dar conta de todas em um dia só, um dos filhos da idosa lhe declarou que

¹⁵ Nomes fictícios adotados para proteção das identidades reais.

muitos gostariam de estar no lugar dela, mas que ela, ao contrário, estava queixando-se de seu emprego. Que se pedisse demissão, por esse valor, outra pessoa o aceitaria com os braços abertos e sem reclamações fazendo as mesmas tarefas, ainda por menos.

Enquanto ela narrava o que lhe tinha acontecido, lembrei-me da história de uma outra jovem imigrante haitiana que trabalhava em uma casa de família. Um dia, o dono pediu que ela carregasse uma cesta de frutas e verduras até a cozinha, ela lhe disse que precisava de alguém para ajudá-la. O dono lhe disse que ela podia fazer isso sozinha porque ela é negra e, pelo que ele sabe, os negros têm mais força do que os brancos.

O conceito colonialista de que todo trabalho forçado deve ser feito pelos negros (QUIJANO, 2005) ainda não se apaga na mente de muitos brancos insensatos. Melhor para eles quando encontram os imigrantes afro-descendentes que formam o grupo de indivíduos que está abaixo da linha de pobreza. Rivana de Oliveira escreveu no seu artigo sobre a proteção integral do migrante no Brasil dizendo que:

[...] ainda que o Estado brasileiro tenha celebrado convenções internacionais e possua legislação interna para tratar dos refugiados, é certo que não amparou o ingresso dos haitianos no Brasil sob a condição jurídica de refugiado, refutando, ainda que preliminarmente, a ideia do “refugiado ambiental”. Além disso, as tomadas de decisão que se seguiram em torno da questão demonstraram a fragilidade da política migratória brasileira. Há, portanto, um evidente hiato na forma de proceder e evitar violações de direitos humanos das pessoas em situação de migração no Brasil que é necessário ser estudado. (OLIVEIRA, 2014, p. 3).

Louise, imigrante haitiana, mãe de três filhos pequenos, consentiu deixá-los sob os cuidados de uma vizinha que morava no mesmo pátio da casa dela para trabalhar com o desejo de ajudar o marido nas despesas. Louise trabalhava no turno da noite em um restaurante na zona Leste de Porto Alegre. Todos os empregados do restaurante deveriam parar por uns 15 minutos para lanchar e depois continuar suas tarefas. Por incrível que pareça, Louise nunca teve essa chance porque cada vez que ela queria dar uma mordida nesse horário, a filha do patrão que trabalhava na cozinha dizia para ela que não tinha tempo para isso. “Aqui ninguém brinca com o tempo; tu não podes fazer dois trabalhos ao mesmo tempo”. Louise lhe perguntou: “Os outros podem lanchar, mas, eu não posso comer mesmo que eu esteja com

fome?” A filha do patrão respondeu: “Tu ficas falando da vida dos outros. Não tem trabalho para fazer?”.

Na noite seguinte, chegando o horário do lanche, a filha do patrão tomou um pão velho, abriu-o e encheu-o de recheio de carne moída e o deu a Louise. Ela deu uma mordida no pão e quando começou a mastigá-lo, um odor fétido subiu no seu nariz. Ela correu para fora, cuspiu a bocada de pão e viu que o recheio estava estragado. Ela foi levar queixa ao pai da moça, o dono do restaurante que por sua vez disse que Louise queria caluniar sua filha. Na noite seguinte, quando Louise entrou no trabalho, o patrão pediu para ela assinar sua demissão. Pergunto: Porque o patrão e sua filha agiram dessa forma com Louise? Porque ela foi tratada diferente dos outros empregados? Louise seria tratada desse jeito se fosse nativa? Se fosse branca?

Contudo, Louise disse que aguentaria para ficar no emprego, porque precisava de dinheiro para suprir as necessidades de sua família. Diante deste quadro absurdo, não se pode minimizar o significado de tal barbárie. Só porque Louise é imigrante negra e pobre, mal conseguia se expressar, ela deveria aceitar em silêncio os atos discriminatórios da filha do patrão contra ela? Para piorar a situação, o patrão a acusou de ter difamado sua filha. Agora, ela tinha só uma alternativa: ficar em casa e viver da renda de seu marido. Esse último trabalha como auxiliar de serviços gerais em um restaurante e recebe mensalmente R\$1.200. Ele paga o aluguel de R\$600 mais as contas de água e luz, e também as despesas alimentares quinzenalmente.

Com a recomendação de confinamento divulgada pelo ministério de saúde, a empresa onde seu esposo trabalha pediu para os empregados ficarem em casa e esperarem passar a pandemia sem esperança de receber nada; nem o salário nem o auxílio emergencial. Porque com carteira assinada, ele não podia fazer o pedido de auxílio emergencial e o dono da empresa tampouco queria mandá-lo embora do cargo de faxineiro. Quando ele foi sacar o último salário que a empresa depositou na sua conta antes do confinamento no banco Santander para pagar o aluguel, de R\$1.200, sumiu a metade sem sacar nem um centavo. Ele disse que ligou para a empresa para questionar sobre o que está acontecendo com o dinheiro que ele trabalhou durante um mês e mais as horas adicionais. Ele tomou a decisão de sacar os R \$600 que sobraram temendo perder mais. O patrão de sua empresa lhe

aconselhou deixar o valor e prometeu ajudá-lo a resolver o problema. Dois dias depois, ele voltou ao banco e constatou que R \$200 foram deduzidos do valor que lhe restava. Ouvindo-o contar o ocorrido, eu lamentei muito sobre a vida infeliz dessa família. O homem perdeu o que nem era suficiente para viver com sua família. Os miseráveis não só sofrem fisicamente, também psicologicamente. Com que renda essa família vai manter-se até o final da pandemia do COVID19? Como vai pensar em propiciar as melhores condições para a educação de seus filhos e filhas?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação procurou compreender e refletir sobre a situação de famílias haitianas vivendo na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a partir da inserção de seus filhos e filhas em escolas da rede pública. A primeira parte do título escolhido para nomeá-lo *YON ZEN PETE NAN BREZIL* ou *Um escândalo explode no Brasil* expressa todo um conjunto de fatos a um só tempo banais e desumanos que ferem as normas que regem o bem estar de um ser humano, e que descreve me foram revelados durante as entrevistas que realizei com algumas famílias imigrantes haitianas. Nada disso me era desconhecido. Esses fatos dizem respeito à minha experiência, mas na voz de meus conterrâneos interlocutores me pareceram tão revoltantes e impiedosos que julguei necessário apertar duramente a bolha para deixá-los fluir e também descrevê-los para que muitos possam conhecê-los. Ao chocar-me com eles, fiz o desvio que me parecia sensato para mostrá-los, enquanto eu buscava saber intensamente a situação escolar dos filhos dessas famílias. Assim, eu pude encontrar e reunir ramificações que contribuem obrigatoriamente ao seu desenvolvimento intelectual, físico e mental. Era preciso demonstrar claramente que ainda existem pessoas que em seu tratamento cotidiano e institucional com os afro-imigrantes fazem perpetuar o sistema escravagista. Seu título sugere a sorte de coisas que estão acontecendo a essa população vulnerável, e que, se era ainda ignorada, agora, desvendada aos olhos de todos, inclusive dos pesquisadores e acadêmicos, devem tornar-se escandalosas.

Nessa seção, que traz minhas considerações finais ao trabalho, reforço que o zelo dos pais imigrantes haitianos pela a realização de seu sonho de ver seus filhos formados, pela educação que estão recebendo nas escolas públicas de ensino fundamental no município de Porto Alegre, está longe de poder ser concretizado sem o apoio do Ministério da Educação, para a efetivação de uma política educacional adequada às condições singulares desse grupo e visando também a formação dos educadores. Sem isso, o que se pode fazer é contar com a sorte de encontrar vaga em um colégio cuja direção tenha sensibilidade para as relações étnico-raciais e para as dificuldades específicas de estudantes afro-imigrantes. Ou seja: sem políticas públicas precisamos contar com boa vontade individual, que

acaba sempre podendo deslizar para a caridade ou benevolência, deixando de parecer-se com um direito.

Entre as famílias que acompanhei, algumas crianças estavam com dificuldades ainda de se adaptar às aulas a distância, outras diziam estar se adaptando. Muitas entre elas não tinham acompanhamento nem dos pais nem das escolas. Houve famílias que elogiaram as diretorias de algumas escolas e outras se lamentavam porque as escolas onde seus filhos estão matriculados não lembravam deles nem mesmo para ligar para casa, buscando saber se estavam aprendendo ou tendo dificuldades com nas aulas remotas. Muitos dos pais imigrantes haitianos têm formação superior, porém, não sabem nada do sistema de educação do Brasil, que é totalmente diferente. Por isso, o ensino remoto efetivado durante a pandemia de COVID-19, constatei, só aumentou a distância entre os professores brasileiros e as crianças imigrantes haitianas. O que já era difícil no entendimento da linguagem e do comportamento diferentes dessas crianças, piora. A capacitação dos profissionais da educação precisa ser contínua para que eles possam saber como trabalhar com esses alunos, especialmente nesse momento crucial. Como pessoas em formação, eles merecem muito cuidado, tanto em casa como no sistema de ensino híbrido que vem sendo aplicado nesses últimos dias por causa da pandemia da COVID-19. Fazendo uma análise sobre os dados coletados dos alunos na pandemia, nada ainda está feito nas escolas públicas para atender as singularidades dos alunos imigrantes haitianos onde se encontram matriculados.

Apesar de tudo que estão confrontando, percebi, ao longo de minha pesquisa de campo, que eles têm uma capacidade de aprendizagem incrível que pode considerar como vantagens específicas: eles aprendem o português com facilidade mesmo sem ajuda, eles trazem às professoras e professores a possibilidade de ensinar aos demais alunos sobre temas que não estariam disponíveis, numa perspectiva intercultural e sensibilizam profissionais, colegas e famílias desses colegas. O novo idioma, entretanto, aparece como um dos mais importantes vetores dessa socialização.

Enfim, ter professoras e professores atentos e sensíveis ao contexto social em que essas crianças estão vivendo, é um caminho importante para que possam se formar superando os estigmas, construindo resistências para serem fortes e enfrentar os obstáculos, socializando com os demais alunos mesmo à distância e

aprendendo as histórias sobre a vida de seus antepassados contadas e explicadas pelos seus educadores e suas educadoras.

As escolas tanto virtuais como presenciais, são espaços entendidos como de atendimento integral, frequentados para superar as crises financeiras e outras que tendem a eternizar-se nos seus lares. Nesses espaços, os profissionais devem conhecer a realidade humana migratória, sabendo valorizá-la e ver nela seu potencial, além de também entender que a história de todo migrante é uma história de coragem. Não há espaço para profissionais que subestimem ou infantilizem o migrante, a migrante. Como afirmo no capítulo de minha autoria no livro *Brasil & Haiti: racismo, ciência, lutas históricas, dramas atuais*:

Eu procuro sempre afastar o lado ruim das coisas ou dos momentos desagradáveis e lembrar deles a partir dos impactos que tiveram sobre mim, como empurrões que me ajudaram a mover-me do lugar e tomar uma decisão. O comportamento de alguém pode me colocar em um constrangimento que exige às vezes deixar rolar lágrimas para aliviar a dor da minha alma. Mais adiante, posso ver nesse embaraço uma saída para um caminho ainda melhor do que o que havia antes. (BERNARD, 2019, p. 34-35).

As minhas experiências vividas no Brasil me transformam todo dia e me habilitam a orientar ou aconselhar aos outros imigrantes e refugiados, em primeiro lugar meus conterrâneos, a não se deixarem atemorizar diante dos gigantes, nem desistirem de seus sonhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AUGUSTO, Kelly Cristina Fernandes. Também é pelo transporte que uma mulher negra não consegue chegar aonde ela quer. *In: SANTAREM, Paique et al. Mobilidade antirracista.* São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

BANCO MUNDIAL. Ação urgente é necessária para fazer frente à enorme crise da Educação na América Latina e no Caribe. *Notícias*, Washington, 17 mar. 2021a. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20now-sumPT.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

BANCO MUNDIAL. *Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças: os custos e a resposta ao impacto da pandemia da Covid-19 no setor de educação na América Latina e no Caribe.* Washington: Grupo Mundial de Educação, 2021b. Sumário executivo. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35276/Acting%20now-sumPT.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

BERNARD, Rebecca. Imigração haitiana no Brasil: considerações a partir do relato de experiência de uma pesquisadora haitiana no Brasil. *In: PADILHA, Letícia; MARQUES, Pâmela Marconatto (Org.). Brasil e Haiti: racismo, ciência, lutas históricas e dramas atuais.* Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 34-41. Disponível em: <https://www.editorafi.org/brasilhaiti>. Acesso em: 2 out. 2021.

BERNARD, Rebecca. *Yon rale: uma conversa entre haitianos no Brasil.* Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://www.editorafi.com/196yonrale>. Acesso em: 2 out. 2021.

BRASIL. *Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.* Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. *Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.* Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n. 1, de 13 de novembro de 2020.* Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 2 out. 2021.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil: mito e realidade.* 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução do francês por Noémia de Souza. [S.n.e], c1950, 1978.

COMÊNIO, João Amós. *Didáctica magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

D'ADESKY, Jacques Edgard François. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth (Org.). *Literatura e afro descendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. (História, teoria, polêmica, v. 4).

DEBIAGGI, Sylvia Dantas. O desafio das escolas brasileiras com alunos imigrantes. *Nova Escola*, São Paulo, 1 set. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1534/o-desafio-das-escolas-brasileiras-com-alunos-imigrantes#:~:text=Entre%202007%20e%202009%2C%2010,e%20garantir%20que%20possam%20aprender%3F>. Acesso em: 30 set. 2021.

DENIS, Watson. De l'égalité des races humaines d'Anténor Firmin: un traité d'anthropologie contemporaine In: HECTOR, Gary (Org.). *L'actualité d'Anténor Firmin: hier, aujourd'hui et demain*. Port-au-Prince: Édition de l'Université d'Etat d'Haïti, 2011.

DIEHL, Fernando. *Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/159143>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DINIZ, Débora. *Quinquilharia: como fazer diário de campo*. 17 jun. 2017. (3min33s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYTb3w2d99>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FERNANDES, Duval; PATARRA, Neide. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. In: CHIARELLO, Leonir Mario (Coord.). *Las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en América Latina: los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México*. New York: Scalabrini International Migration Network, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/hxLYPVz4MpNyWffdh8QjFwy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro “O que é racismo estrutural?” de Silvio Almeida. *Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 6, n. 4, p. 213-217, 2019. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/951#:~:text=E ssa%20resenha%20apresenta%20a%20obra,an%C3%A1lise%20do%20contexto%20hist%C3%B3rico%20brasileiro>. Acesso em: 2 ago. 2020.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GUILHERME, Ana Julia. *Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/172969>. Acesso em: 2 ago. 2018.

GUMIERI, Sinara. *Modos de fazer: observação*. 18 fev. 2018. (4min36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5MwGahwCyE>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IMPACTO da pandemia na educação de imigrantes, O. [Locução de]: Lucas Veloso. São Paulo: Agência Mural, 26 out. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/podcast/pandemia-na-educacao-de-imigrantes/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. Em quarentena: 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual. *Notícias*, São Paulo, 27 maio 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/em-quarentena-83-dos-professores-ainda-se-sentem-despreparados-para-ensino-virtual-2/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MACHADO, Cristina Gomes. *Multiculturalismo muito além da riqueza e da diferença*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARCHA Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e Vida. Brasília, 20 nov. 1995. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARQUES, Pâmela Marconatto. *Pelo direito ao grito: as lutas silenciadas da Universidade Pública Haitiana por reconhecimento, independência e democracia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70615>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MARTÍNEZ NAVARRO, Emilio. Aporofobia. In: CONILL, Jesús (Coord.). *Glosario para una sociedad intercultural*. Valencia: Bancaja, 2002. p. 17-23.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; SIMON, Renel. *Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon*. Lajeado: Editora da Univates, 2015.

MELLO, Luciana Garcia de. *A luta do rochedo contra o mar: integração e racialização nos mercados de trabalho brasileiro e francês*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/24039>. Acesso em: 2 jan. 2021.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. *O Estado brasileiro e os fluxos migratórios internacionais: produção e circulação de discursos, categorizações jurídicas e economias morais*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/225337>. Acesso em: 2 jan. 2021.

OLIVEIRA, Rivana Barreto Ricarte de. A proteção integral do migrante haitiano no Brasil: uma análise situacional do visto humanitário. *Publica Direito*, [s.l.], 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7575c8affdb79557>. Acesso em: 3 jun. 2020.

PESQUISA mostra que 20% dos estudantes já praticaram bullying. *G1 Bom Dia Brasil*, São Paulo, 22 maio 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/05/pesquisa-mostra-que-20-dos-estudantes-ja-praticaram-bullying.html#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20em%20todo,das%20agres%C3%B5es%20contra%20os%20colegas>. Acesso em: 13 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Perspectivas latino-americanas *In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 25. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica e educação do campo. *In: BASSO, Jaqueline Daniela et al. (Org.). Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: história, desafios e perspectivas atuais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 16-43. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SHUÑA, Rocio Bravo. Como alunos migrantes estudam em meio à pandemia? *Criativos da Escola*, [São Paulo], 4 jun. 2020. Entrevistada por Helisa Ignácio. Disponível em: <https://criativosdaescola.com.br/como-alunos-migrantes-estudam-na-pandemia/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

SOTER, Maria Luisa. Mercado de trabalho para imigrantes no Brasil: veja o que a lei permite. *Você S/A*, São Paulo, 10 fev. 2020. Carreira. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/carreira/mercado-de-trabalho-para-imigrantes-no-brasil-veja-o-que-a-lei-permite/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TAVARES, Lourdes. Refugiado haitiano aprovado em concurso para gari não consegue ser contratado. *LCM Advocacia e Consultoria*, Tijuca, 20 jul. 2017. Notícias e publicações. Disponível em: <http://www.lcmadvogados.adv.br/2017/07/20/refugiado-haitiano-aprovado-em-concurso-para-gari-nao-consegue-ser-contratado/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o RS no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117357>. Acesso em: 2 jan. 2021.

VALENTE, Ana Lucia E. *Ser negro no Brasil hoje*. São Paulo: Moderna, 1987.

VELOSO, Lucas. Sem aula, sem comida: o impacto da pandemia nas crianças imigrantes de Guaianases, na zona leste de SP. *Agência Mural*, São Paulo, 6 out. 2020. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/criancas-imigrantes-pandemia-sp/>. Acesso em: 2 jan. 2021.